UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

O RACISMO ANTINIPÔNICO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA SÉRIE DE ARTIGOS “PERIGO JAPONÊS” DE VIVALDO COARACY (1942)

Lara Kinue Tanno

Brasília
2021

LARA KINUE TANNO

O RACISMO ANTINIPÔNICO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA SÉRIE DE ARTIGOS “PERIGO JAPONÊS” DE VIVALDO COARACY (1942)

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de Comunicação, da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Brasília
2021

Lara Kinue Tanno

O RACISMO ANTINIPÔNICO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA SÉRIE DE ARTIGOS “PERIGO JAPONÊS” DE VIVALDO COARACY (1942)

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de Comunicação, da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

BANCA EXAMINADORA:

_____

Prof. Dr. Rafiza Luziani Varão Ribeiro Carvalho

(Orientador)

_____

Prof. Dr. Eduardo Barreto Vianna Meditsch

(Membro)

_____

Prof. Dr. Daniel Gonçalves de Oliveira

(Membro)

_____

Prof. Dr. Célia Kinuko Matsunaga Higawa

(Membro Suplente)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Maria Angela dos Reis Silva Tanno e Roberto Toshihiro Tanno por todo o amor, apoio, cuidado e carinho ao longo destes 24 anos e por terem me dado a oportunidade de sempre me dedicar aos estudos e por me garantirem a melhor educação possível.

Agradeço imensamente aos meus amigos Bianca Meneguci e José Odeveza pela amizade e por toda a assistência durante a difícil tarefa de produção da monografia. Também agradeço a amizade e suporte dos meus amigos Juan Caballero, Israel de Carvalho, Letícia Wutke, Alice Paulino, Bianca D'aya, Gabriel Paz e, em nome deles, a todos os amigos e colegas que fizeram parte dessa incrível trajetória até aqui.

Também não poderia deixar de reconhecer o importante papel da Universidade de Brasília (UnB) em minha vida e formação. Agradeço a todos os professores da Faculdade de Comunicação (FAC), especialmente do departamento de Jornalismo, e estendo os cumprimentos também aos professores do curso de Turismo, pelo breve, mas proveitoso, período em que estive no departamento.

Reservo um espaço para agradecer à minha orientadora, professora Rafiza Luziani Varão Ribeiro Carvalho, que sempre foi digna de minha enorme admiração e carinho. Agradeço-a pela contribuição e orientação. Reservo um espaço para também reconhecer o importante papel do professor Eduardo Barreto Vianna Meditsch, que além de membro da banca, foi meu mentor durante a disciplina de pré-projeto. Estendo este agradecimento à monitora da disciplina, Rose Dayanne Santana Nogueira, por sua atenção e apoio durante o semestre. Gostaria também de dedicar um espaço de agradecimento ao professor Daniel Gonçalves de Oliveira, que antes mesmo de se tornar membro da banca, sempre prestou ajuda a mim com informações que embasaram este projeto.

Também não poderia deixar de agradecer meu namorado, Filipe Oliveira Capuchinho, por seu amparo, serenidade e por ter sido importante parte da minha base durante todo o curso e, especialmente, durante o processo de elaboração do projeto.

Destaco também um espaço para registrar meu agradecimento ao meu *hiiojiisan*, Zentaro Tanno, ao meu *oditian*, Kioji Tanno, à minha *batian*, Rosa Kinue Usida Tanno, e ao meu *ditian*, Hirossi Tanno, por terem sido minhas principais inspirações para escrever o projeto de maneira sensível e afetiva.

初志貫徹

Ir até o fim com seus planos e objetivos.

RESUMO

O presente estudo buscou compreender o racismo antinipônico no Brasil, suas origens e sua presença na sociedade brasileira pré-Segunda Guerra Mundial. Para isso, a pesquisa utilizou o recorte temporal do ano de 1942 e trouxe como objeto de estudo a série de artigos “Perigo Japonês”, publicada pelo jornalista e escritor Vivaldo Coaracy, no *Jornal do Commercio*. Com o uso da metodologia de análise de conteúdo foi possível identificar os principais elementos racistas e xenofóbicos no discurso de Coaracy ao longo dos 11 artigos da série. Cabe destacar a influência da teoria eugenista e da campanha anti-imigração baseada na argumentação da segurança nacional como elementos determinantes do antiniponismo brasileiro. Além disso, o estudo verificou o importante papel da imprensa na disseminação da campanha antinipônica no país.

Palavras-chave: Racismo antinipônico; Perigo Japonês; Vivaldo Coaracy; *Jornal do Commercio*; Imigração Japonesa.

ABSTRACT

This study sought to understand anti-Japanese racism in Brazil, its origins and its presence in Brazilian society before the Second World War. To reach this goal, the research used the time frame of the year 1942 and brought as an object of study the series of articles “Perigo Japonês”, published by journalist and writer Vivaldo Coaracy, in *Jornal do Commercio*. Using content analysis methodology, it was possible to identify the main racist and xenophobic elements in Coaracy’s speech throughout the 11 articles in the series. It is worth highlighting the influence of the eugenic theory and the anti-immigration campaign based on the argumentation of national security as determining elements of Brazilian anti-Nipponism. In addition, the study verified the important role of Brazilian press in the dissemination of the anti-Japanese campaign in the country.

Keywords: Anti-japanese Racism; Perigo Japonês; Vivaldo Coaracy; *Jornal do Commercio*; Japanese Immigration.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **10**

1. CONTEXTO HISTÓRICO **17**

1.1 A HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NA AMÉRICA – ESTADOS UNIDOS E PERU 19

2. A HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL **24**

2.1 O PERÍODO QUE ANTECEDEU A CHEGADA DOS PRIMEIROS IMIGRANTES 24

2.2 O INÍCIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA COM A CHEGADA DO KASATO MARU 29

2.3 O ANTINIPONISMO NO BRASIL NO PERÍODO ANTERIOR À SEGUNDA GUERRA MUNDIAL 33

2.4 SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: BRASIL E JAPÃO DE LADOS OPOSTOS 36

3. QUEM FOI VIVALDO COARACY **38**

4. Perigo Japonês **42**

4.1. A AMEAÇA IMPERIALISTA 45

4.2. O JAPONÊS INASSIMILÁVEL 55

4.3 A MÁSCARA OCIDENTAL 59

4.4. A TEORIA EUGENISTA 66

CONCLUSÃO **73**

REFERÊNCIAS **77**

INTRODUÇÃO

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pela pandemia do novo coronavírus. Sua origem registrada na China trouxe à tona o preconceito amarelo e os desdobramentos do racismo anti-asiático contemporâneo em todo o mundo. Inicialmente, a origem do vírus foi atribuída aos hábitos alimentares dos asiáticos, com a disseminação da desinformação de que a Covid-19 teria surgido de uma sopa de morcego supostamente comercializada no Mercado de Frutos do Mar de Huanan, em Wuhan.

A evolução da epidemia para a condição de pandemia, ao alcançar países europeus e americanos, trouxe à tona uma nova face do racismo anti-asiático com ataques e agressões direcionadas aos indivíduos com fenótipos do leste asiático, indiscriminadamente. O novo coronavírus passou, então, a ser representado sempre com rostos orientais, mesmo com países como Itália, Estados Unidos e Brasil se tornando novos epicentros da doença.

Mas se hoje o perigo amarelo é visto através de um contexto biológico, há alguns anos essa ameaça era representada por questões culturais e geopolíticas, a partir de argumentos baseados na ameaça imperialista que países asiáticos, como o Japão, representavam à hegemonia dos países ocidentais e do racismo científico traduzido na teoria eugenista (KUNIGAMI, 2020).

No Brasil, a noção de perigo amarelo ganhou forças especialmente no período do Estado Novo (1937-1945), com políticas nacionalistas do Governo Vargas e com a explosão da Segunda Guerra Mundial. No entanto, a apreensão com os japoneses já estava presente no país desde antes mesmo da chegada da embarcação *Kasato Maru,* com os primeiros imigrantes.

Foi em 1908 que desembarcou em São Paulo a primeira embarcação nipônica, trazendo os imigrantes japoneses para o Brasil, fruto de um acordo imigratório estabelecido entre os dois países. Ambas as nações enfrentavam desafios e o tratado bilateral foi a solução encontrada para resolvê-los. No Brasil, o problema era a falta de mão de obra nas lavouras que preocupava o governo local, enquanto no Japão havia excedente demográfico nas cidades.

O processo de migração para o Brasil foi vendido aos japoneses como uma promessa de melhoria de vida. As lavouras de café eram apresentadas como locais de pouco trabalho e enriquecimento rápido. Seduzidos pela propaganda, diversas famílias ingressaram em longas viagens rumo ao Brasil, com o intuito de acumular fortuna e retornar à sua terra natal.

A chegada ao Brasil, no entanto, logo se transformou em uma decepção para os imigrantes. Muitos foram surpreendidos com uma região que não correspondia à propaganda feita pelas agências de imigração. Além disso, esses imigrantes também encontraram diversos desafios e obstáculos em razão do choque cultural, com a grande diferença na língua, nos costumes e tradições, no clima, na religião e até na fisionomia dos indivíduos (MORAIS, 2011).

As grandes diferenças entre povos geraram o estabelecimento de "quistos étnicos" ou "quistos raciais", expressões que definem a formação de colônias homogêneas de imigrantes em comunidades isoladas que preservam seus costumes, idiomas e tradições (GERALDO, 2007). No caso dos “quistos asiáticos”, essas comunidades se constituíam em razão da grande dessemelhança cultural entre japoneses e brasileiros.

Surge, então, a noção do imigrante japonês como “inassimilável”. A ideia difundia a percepção dos japoneses como incapazes de se integrar à cultura e à rotina do país em que habitavam. Segundo Bianca Sayuri Miki, “ao nipônico foi atribuída uma incapacidade, ou mesmo o forte desejo, de não se adaptar ao meio social brasileiro” (MIKI, 2018, p.10).

O imigrante também passa a ser visto como indesejável do ponto de vista do melhoramento racial pregado pela teoria eugenista. A política de branqueamento, amplamente aceita no Brasil entre os séculos XIX e XX, incentivava a miscigenação da população brasileira com imigrantes europeus em busca do branqueamento gradual da população. O médico e cientista João Baptista Lacerda acreditava que:

> O completo desabrochar das raças superiores, formadas por elementos imigrados de países europeus, deveria, no espaço de um século, dar um aspecto bem diferente do atual à população do Brasil; quando isso se realizar, o mestiço e o negro terão desaparecido, deixando lugar ao branco (LACERDA, 2011, p. 240).

Nesse cenário, o imigrante japonês era considerado uma raça inferior que não contribuía para os planos de melhoramento da população em busca de uma sociedade cada vez mais branca.

Mas foi no Estado Novo, regime instituído em 1937, durante o Governo Vargas, que o antiniponismo ganhou contornos legais. Neste período, leis e decretos foram sancionados com o objetivo de perseguir e cercear direitos dos imigrantes. Entre outros pontos, a legislação proibia a circulação de quaisquer escritos estrangeiros, o uso de outros idiomas em locais públicos, que não fosse o português, e a discussão ou troca de ideias sobre a situação internacional (BRASIL, 1942).

A Campanha de Nacionalização (1937-1945) do Governo Vargas foi responsável ainda por outras medidas de repressão e perseguição aos imigrantes, em especial aos nipônicos, com providências que promoviam a censura de programas de rádio e jornais estrangeiros, a proibição da circulação de livros japoneses e o fechamento de escolas.

Contudo, foi durante a Segunda Guerra Mundial que o conflito entre brasileiros e japoneses se acentuou. Após a decisão do Brasil de entrar na guerra ao lado dos Aliados, o país rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo, grupo composto pelo Japão, Itália e Alemanha. De acordo com Marlene de Fáveri:

> Nesse contexto, entre janeiro de 1942 a maio de 1945, as ações governamentais estavam voltadas contra os “perigos” representados na imagem do estrangeiro ou de pessoas de descendência dos países ligados ao Eixo, e a idéia de conspiração levou às perseguições policiais, legitimadas por editais e decretos. Em Santa Catarina, como em todo o país, alemães, italianos, japoneses e seus descendentes estiveram na mira da população e da polícia, o que causava enfrentamentos étnicos. Com a entrada do Brasil na guerra, a suspeição tornou-se mais explícita, aparecendo na imprensa, que veiculava artigos que apresentavam os estrangeiros e seus descendentes como inimigos do Brasil e prováveis colaboradores do Eixo (FÁVERI, 2006, p. 201).

A partir desse contexto, é possível identificar que a construção da imagem do japonês perigoso, traiçoeiro e ameaçador foi sendo moldada no imaginário popular ao longo dos anos. O jornalista e escritor Vivaldo Coaracy, ao lado de outros diversos intelectuais e políticos brasileiros, atuou em favor da restrição da imigração

japonesa para o Brasil, utilizando-se da distorção histórica e da criação de narrativas racistas para convencer a população da chamada ameaça nipônica.

Em 1942, Coaracy publica a série de artigos “Perigo Japonês”, no *Jornal do Commercio*, com o objetivo de apresentar à população o que ele chamou de “campanha para alertar a opinião e prevenir as autoridades” quanto os perigos da imigração japonesa irrestrita ao território brasileiro (COARACY, I, 1942, p.3)

São esses artigos que esta pesquisa analisou, buscando compreender o racismo antinipônico presente nos textos de Coaracy. O presente estudo levou em conta as variáveis racismo e cobertura midiática. A principal questão abordada foi a forma com que a imprensa brasileira, com o recorte temporal dos artigos “Perigo Japonês”, publicados em 1942, construiu e disseminou o discurso antinipônico, com destaque para o racismo como fator determinante na idealização e difusão dos conceitos de “perigo japonês” e “perigo amarelo”.

Para isso, a pesquisa foi realizada a partir de recortes com quatro frentes principais de análise: o conceito do imigrante japonês como **inassimilável**, o perigo da **ameaça imperialista**, a criação da **máscara ocidental** para que o imigrante vivesse em sociedade e a **teoria eugenista** como principal fonte do antiniponismo.

Cada conceito é apresentado em um ou mais artigos da série “Perigo Japonês”. A categorização em quatro grandes grupos permitiu uma análise minuciosa de cada artigo, partindo dos principais conceitos racistas presentes na série, até alcançar as minúcias de cada texto.

Ao fim da pesquisa e da observação, pretendeu-se responder: como os artigos de Vivaldo Coaracy contribuíram para disseminar na sociedade brasileira o sentimento de rejeição aos imigrantes e seus descendentes?

Para isso, o estudo teve como objetivo geral a análise do racismo antinipônico dentro dos artigos publicados no *Jornal do Commercio* por Coaracy. O assunto foi explorado a partir de dois objetivos específicos que compõem o geral: explicar o conceito de racismo antinipônico e sua presença no período de 1942 e elencar os elementos racistas presentes nos artigos.

A metodologia utilizada pela presente pesquisa para atingir os objetivos discriminados e para responder a questão levantada foi a análise de conteúdo, método que consiste na busca e apreciação de materiais a fim de construir teorias e

conhecimentos. A principal bibliografia utilizada nesta etapa é o livro *Análise de Conteúdo* (1977), de Laurence Bardin. A autora explica que a metodologia trata-se de:

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 47).

A obra foi escolhida por apresentar etapas que sistematizam a leitura e a exploração do tema. Bardin (1977) prevê em seu livro três fases de análise de conteúdo que são a pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A pré-análise diz respeito a uma etapa inicial, algo como a organização de uma estrutura de trabalho que deverá conter métodos que serão adotados nas etapas seguintes. Essa fase utiliza o que Bardin chama de “leitura flutuante”, momento em que são elaboradas as hipóteses e os objetivos de pesquisa.

Na pré-análise, Bardin (1977) define algumas regras que devem ser seguidas para uma boa análise: a *exaustividade*, para que seja esgotado a totalidade do conteúdo; a *representatividade*, para que seja selecionado um recorte sobre o assunto; a *homogeneidade*, para selecionar os dados que devem se referir ao mesmo tema, serem colhidos através de técnicas iguais e por indivíduos semelhantes; a *pertinência*, para que os documentos selecionados se adaptem aos objetivos e ao conteúdo da pesquisa e a *exclusividade*, para manter a organização a fim de que um elemento não seja classificado em mais de uma categoria.

Na etapa de exploração do material, deve-se codificar o conteúdo selecionado a partir da escolha de unidades de registro que podem ser feitas por tema, palavras ou frases. Essa etapa garante o esgotamento da análise de cada unidade, tornando o tema mais claro e tangível.

Por fim, a terceira fase permite que o pesquisador torne o conteúdo válido e objetivo. Neste momento é importante consultar o referencial teórico para embasar os resultados, dando sentido à interpretação adquirida ao longo deste processo.

Na pesquisa em questão, as etapas serão aplicadas na análise dos 11 artigos da série “Perigo Japonês”, com o objetivo de identificar os marcadores de racismo antinipônico nas publicações. A divisão em quatro assuntos principais auxiliará na etapa de codificação do conteúdo, permitindo a maior eficiência na busca e a melhor organização do resultado final a ser apresentado pelo estudo.

Assim, o trabalho foi dividido nos seguintes capítulos: **Contexto Histórico**, **A História da Imigração Japonesa para o Brasil**, **Quem foi Vivaldo Coaracy**, **Perigo Japonês** e **Conclusão**.

O primeiro capítulo do estudo, **Contexto Histórico**, abordou brevemente a história do Japão e suas peculiaridades políticas, culturais e sociais em razão do longo período isolacionista do país. Além disso, o tópico apresentou a história da imigração japonesa para a América, com destaque para a experiência dos Estados Unidos e Peru.

O capítulo seguinte, **A História da Imigração Japonesa para o Brasil**, mostrou a influência dessas experiências migratórias na vivência brasileira e iniciou a análise do pensamento antinipônico no país, com a divisão do estudo em quatro momentos: antes da chegada dos primeiro imigrantes, após a chegada dos japoneses à bordo do *Kasato Maru,* os efeitos práticos e legais do antiniponismo durante o Estado Novo e a perseguição aos japoneses e seus descendentes durante a Segunda Guerra Mundial, em que Brasil e Japão estiveram de lados opostos.

Já o capítulo **Quem foi Vivaldo Coaracy**, apresentou uma breve biografia do autor da série “Perigo Japonês”, revisitando algumas de suas principais obras e destacando sua relevância para a história da cidade do Rio de Janeiro. Entre outros materiais, o tópico em questão utilizou o livro autobiográfico de Coaracy, *Todos Contam Sua Vida: Memórias de Infância e Adolescência,* para fundamentar a escrita.

O **Perigo Japonês** é o capítulo destinado à análise dos 11 artigos da série publicada no Jornal do Commercio. Nele foram analisadas as argumentações apresentadas por Coaracy para embasar seu discurso antinipônico e anti-imigração e, com isso, foi possível identificar os principais elementos racistas presentes nos escritos.

Por fim, a **Conclusão** ressaltou o forte papel da imprensa como formadora de opinião e propagadora do pensamento antinipônico no país. Com a análise dos artigos, a pesquisa identificou a importância do autor e da série para a campanha de restrição à imigração japonesa no Brasil.

1. CONTEXTO HISTÓRICO

Antes de dar início à análise do antiniponismo no Brasil, é fundamental entender o conceito de racismo *per si*. O racismo é um sistema de discriminação que se fundamenta na crença da existência de uma hierarquia entre etnias, que permitiria a classificação de raças como superiores ou inferiores umas as outras. A discriminação pode ser classificada como **individual**, sendo expressa por meio de esteriótipos, ofensas ou exclusão de pessoas de características etnico-raciais diferentes, ou **institucional**, quando há um sistema de desigualdade praticado ou mantido por instituições como o Estado, empresas privadas ou órgãos públicos. Há também o racismo **estrutural**, que se caracteriza como o preconceito racial que está enraizado na sociedade e que vem sendo reproduzido há diversas gerações.

O racismo pode se manifestar por meio da exclusão, segregação, marginalização, rejeição ou pela violência verbal e física. As atitudes racistas podem ser orientada contra negros, asiáticos, judeus e indígenas, por exemplo.

O racismo antinipônico surge a partir da falta de conhecimento da cultura japonesa pelas nações ocidentais. O país asiático viveu, durante muitos anos, uma política isolacionista, abrindo-se para o resto do mundo tardiamente. Os processos de modernização e industrialização do Japão acontecem apenas na virada do século XVIII para XIX, na Era Meiji[1].

Nos 675 anos anteriores, o sistema de governo japonês era o xogunato, estrutura em que país era comandado pelos *xoguns*, líderes militares que exerciam o poder de maneira autoritária e hereditária. A família Tokugawa chegou ao poder em 1603, dando início ao xogunato Tokugawa, também conhecido como Período Edo. À época, o Japão era dividido em feudos que eram comandados pelos *daimios* [2].

Neste período, o Japão viveu um regime de isolamento político e econômico, no qual o país manteve pouco ou nenhum contato com o exterior. Durante o

[1] Período entre 1868 e 1912, em que o Japão foi governado pelo Imperador Mutsuhito. A Era Meiji é importante para a história japonesa por representar um período de grande modernização da nação.
[2] Os *daimios* eram os senhores feudais do Japão. Ao pé da letra, "*dai*" significa "grande" e "*mio*" significa "terra privada". Os *daimios* eram indicados pelos *xoguns*.

xogunato Tokugawa, a economia do país era baseada, em sua maioria, na agricultura (MARQUES, 2014).

O isolamento teve fim em 1853[3], após pressão do governo dos Estados Unidos pela abertura dos portos japoneses. No ano seguinte, as duas nações assinaram o Tratado de Kanagawa, que marcou o início das relações comerciais entre os EUA e o Japão. O acordo abriu o caminho para a negociação de outros países com o governo nipônico.

A decisão causou conflitos internos no país, dando início aos primeiros movimentos para a transição do Período Edo para a Era Meiji. No dia 8 de setembro de 1868, o Japão inicia o regime Meiji.

O período, que também é conhecido como a era do progresso japonês, é marcado pelo fim do sistema feudal, pela revolução industrial do país e pelo grande desenvolvimento da nação japonesa, que foi alçada ao patamar de potência. A migração também teve início neste período, com o envio de japoneses para países ocidentais.

O desenvolvimento tardio do país, no entanto, causou conflitos entre o Japão e as grandes potências ocidentais. O expansionismo nipônico gerou apreensão e o incentivo do governo japonês à emigração causou desconfiança em diversos países europeus e americanos.

---

[3] O primeiro registro de contato entre os japoneses e povos de origem ocidental data de 1543. Os portugueses foram os primeiros ocidentais a pisar em solo nipônico, após uma tempestade que forçou um navio chinês com alguns comerciantes a aportar na Ilha de Tanegashima, no sul do Japão. A bordo da embarcação estavam três marinheiros portugueses: Francisco Zeimoto, Antônio Peixoto e Antônio da Mota. Após o primeiro contato, os portugueses apresentaram aos japoneses suas armas de fogo, diferentes de tudo que os nipônicos haviam visto até então, e lhes introduziram a elementos da cultura ocidental, como o cristianismo. À época, diversos japoneses foram convertidos ao cristianismo por padres jesuítas enviados ao Japão. Os portugueses também foram importantes para o comércio nipônico com a intermediação das negociações entre Japão e China. Entre os séculos XVI e XVII, a parceria que aparentava ser positiva para ambos os países, mostrou seu lado danoso e desfavorável para o Japão. Neste período, diversos japoneses foram escravizados e enviados para a Europa. Segundo o pesquisador português Lúcio de Sousa, milhares de crianças e adultos, homens e mulheres, foram sequestrados, acorrentados e lançados em embarcações que os levavam para países europeus. Ainda de acordo com o pesquisador, os escravos japoneses eram utilizados para tarefas domésticas, sendo exibidos como “produtos importados” por famílias portuguesas. Muitas mulheres também foram vendidas a europeus como escravas sexuais. O processo que cullminou no fim do tráfico ilegal de japoneses para a Europa teve início em 1587, com o *daimio* Toyotomi Hideyoshi, que determinou o banimento de portugueses, inclusive dos padres, do território japonês após informações sobre o processo de escravidão. A expansão do catolicismo foi vista como um possível primeiro passo para a invasão e colonização do Japão pelos portugueses.A expulsão definitiva dos portugueses aconteceu na década de 1630, durante o *Xogunato Tokugawa*. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54120476. Acesso em: 08 de nov de 2021.

Essa apreensão, somada ao ainda pouco conhecimento da cultura japonesa, deu espaço a interpretações distorcidas e a criação de narrativas fantasiosas sobre as intenções do governo nipônico e de seus súditos. Surgiu, então, a imagem do japonês invasor, ameaçador, agressivo e de moral questionável, que embasou o sentimento antinipônico em diversos países.

É possível identificar que o racismo antinipônico no Brasil foi importado dos Estados Unidos. Muitas das concepções e ideias sobre o perigo amarelo foram trazidas para o conhecimento de intelectuais brasileiros a partir de publicações norte-americanas. O conceito de ameaça imperialista e a noção de incapacidade de se assimilar ao país que os recebeu foi cunhado pela experiência migratória dos japoneses nos Estados Unidos, em especial na Califórnia.

Com isso, “o processo de surgimento e desenvolvimento do sentimento antinipônico nos Estados Unidos foi interpretado pela diplomacia brasileira como um dado que não recomendaria o japonês como candidato ideal para auxiliar no progresso econômico idealizado pelas elites brasileiras” (TAKEUCHI, 2016, p. 68).

Tal informação chega ao Brasil antes mesmo do desembarque dos primeiros imigrantes nipônicos em território nacional, em 1908. Logo no período de debate sobre o possível tratado de imigração japonesa, parlamentares, diplomatas e intelectuais defendiam que a presença dos japoneses não só não contribuiria para o melhoramento socioeconômico da nação, como também representaria um perigo político e uma possibilidade de degeneração da raça brasileira.

Para entender o racismo antinipônico no Brasil, é necessário, então, buscar a origem do conceito de perigo amarelo dentro da história de imigração dos japoneses para os países ocidentais, destacando neste estudo o caso dos Estados Unidos e Peru na América, para assim, ser possível compreender a rejeição ao japonês e seus descendentes no país.

1.1 A HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NA AMÉRICA – ESTADOS UNIDOS E PERU

O primeiro registro concreto de emigração japonesa data de 1868, com um grupo de cerca de 150 japoneses – os registros divergem entre 148 e 153 – que foram enviados para o Havaí como mão de obra para as plantações de cana de açúcar. Este episódio, que ficou conhecido como *Gannenmono*, teve impacto direto na política de migração japonesa, por ter causado uma proibição de duas décadas em razão do tratamento escravista aos nipônicos (MATSUMOTO, 2017).

Foi apenas em 1885 que os primeiros japoneses imigraram legalmente para o Havaí, dando início ao processo de migração transoceânica apoiado pelo governo japonês, como forma de resolver o problema da grande pressão populacional no país. O tratado entre os dois países viabilizou o envio de 29 mil japoneses para a ilha americana, ao longo de nove anos. Outros países também se tornaram destino dos japoneses, como a Austrália e as Ilhas Fiji. No entanto, os Estados Unidos continuavam sendo o principal caminho (ONOZAWA, 2003).

A política isolacionista do período Tokugawa (1603–1868) dá lugar a uma nova forma de ver a migração na Era Meiji. Neste período, o Japão vive a fase final da transição do feudalismo para a implementação do projeto de modernização e industrialização do país, encabeçada por uma série de mudanças que buscavam uma revolução industrial no Japão. As cidades começam a enfrentar problemas decorrentes do êxodo rural e a emigração passa a ser vista pelo governo como uma solução para questões socioeconômicas (NOGUEIRA, 1984).

De acordo com a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos[4] , entre os anos de 1886 e 1911, mais de 400 mil japoneses deixaram a terra do sol nascente com destino aos Estados Unidos e aos países do território não incorporado dos EUA, sendo o Havaí e a Costa Oeste do país os principais destinos. O grande número de nipônicos nesses territórios começa a gerar conflitos entre os locais e os imigrantes. O principal deles se dá em razão da desvalorização do trabalhador em áreas com a presença de operários nipônicos. A mão de obra barata dos japoneses passa a ser vista pelos americanos como uma concorrência desleal, e também como um fator de precarização do trabalho.

[4] Disponível em: https://www.loc.gov/classroom-materials/immigration/japanese/. Acesso em 21 de out de 2021.

O cenário viabilizou a criação da Liga de Exclusão Anti-Asiática, em 1905, nos Estados Unidos. Entre as medidas defendidas pelo grupo contra os imigrantes, estavam a exclusão dos japoneses e seus descendentes e a proibição da imigração nipônica, como descreve Nitaya Onozawa:

> A organização lançou uma forte campanha anti-japonesa, acusando os japoneses de serem a causa da redução no padrão salarial e propondo que haja leis que proíbam a imigração japonesa, a posse de terras nos EUA e o casamento com brancos. Fortemente influenciado por este movimento, o Conselho de Educação de São Francisco ordenou que seus alunos orientais fossem segregados dos outros nas escolas públicas (ONOZAWA, 2003, p. 119).[5]

A ideia de ameaça imperialista também possui grande influência no conceito de perigo amarelo para os americanos. A vitória nipônica na guerra Russo-Japonesa (1904-1905) apresenta o Japão aos países ocidentais como uma potência imperialista, e também como um risco à hegemonia ocidental. Sobre a política expansionista japonesa e a noção de ameaça imperialista, Márcia Takeuchi destaca:

> A ascensão japonesa passou a suscitar desconfianças que o Japão não se contentaria com o que conseguira até então, mas continuaria com a sua política expansionista rumo ao domínio completo da Manchúria e da China. A repercussão desse temor alcançaria o outro lado do Pacífico e atingiria os súditos japoneses instalados na costa oeste dos Estados Unidos. A suspeita de que o encaminhamento de emigrantes nipônicos para o exterior fosse parte dos planos imperialistas era fundamentada no apoio oficial do governo japonês a seus nacionais (TAKEUCHI, 2016, p. 68).

Entre 1907 e 1908, foi estabelecido o *Gentleman's Agreement* entre os Estados Unidos e o Japão. O tratado informal, proposto pelo então presidente americano Theodore Roosevelt, tinha o objetivo de restringir a entrada de imigrantes nipônicos em território norte-americano como forma de abrandar os conflitos entre os japoneses e os americanos. O acordo previa a restrição da emissão de

[5] Tradução livre do trecho do artigo de Nitaya Onozawa, *Immigration from Japan to the USA, Historical Trends and Background.* "This organization launched a very strong anti-Japanese campaign, accusing the Japanese of being the cause of the low wage standard and proposing that there be laws prohibiting Japanese immigration, land holding in the U.S., and marriage with whites. Strongly influenced by this movement, the San Francisco Board of Education ordered that its Oriental pupils be segregated from others in the public schools."

passaportes para imigrantes japoneses para todo o território da América do Norte, com exceção daqueles na “condição de chamados” (NOGUEIRA, 1984, p. 40).

A partir deste episódio, a América Latina se torna o novo destino principal dos imigrantes japoneses que buscavam trabalho fora do Japão com o objetivo de acumular recursos e retornar a sua terra natal. O Peru e o Brasil se tornaram os principais destinos. Além deles, outros países sul-americanos passam a receber os imigrantes asiáticos como forma de solucionar o problema de falta de mão de obra nesses países.

A imigração japonesa para o Peru começou no ano de 1899, com um grupo de 790 homens solteiros contratados para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar e algodão. O choque cultural foi grande, o país latino-americano possuía costumes, idioma, alimentação, religião e tradições muito diferentes dos nipônicos. Além disso, as doenças tropicais também acometeram os primeiros imigrantes, que nunca haviam tido contato com enfermidades como a malária e febre amarela (VILCHEZ, 2016).

As condições de trabalho inadequadas, o tratamento aos imigrantes nipônicos herdado do sistema de escravidão africana nas lavouras peruanas e os baixos salários nas plantações motivaram os japoneses a deixar o campo em busca de melhores condições de vida nas cidades. Assim como nos Estados Unidos, a presença dos nipônicos na região começa a ser vista como concorrência, despertando os primeiros sentimentos de rejeição ao imigrante (HINCAPIÉ, 2011; VILCHEZ, 2016; COTRIM, 2016).

Os trabalhadores peruanos, segundo Márcia Takeuchi, “acusavam os nipônicos de infectar os peruanos com maus hábitos e de serem capazes de sobreviver com uma renda aquém daquela exigida por um operário branco” (TAKEUCHI, 2016, p. 60). Já a pesquisadora Amélia Morimoto destaca que a pobreza e o desemprego que afligiu o Peru na década de 30 foi atribuída à presença dos japoneses no país (MORIMOTO, 1979).

No Peru, o discurso eugenista também tinha grande força. Intelectuais peruanos criaram a Aliança Antijaponesa, em 1917, já com a proposta de impedir a entrada de imigrantes japoneses, sob a argumentação de que a raça amarela promoveria um retrocesso no melhoramento racial da população peruana, além de

representar uma ameaça para o progresso econômico e uma perturbação do cenário político.

A década de 1930 no Peru foi marcada pela campanha antijaponesa no país. Através de leis e decretos, o governo local retirou direitos dos japoneses e restringiu a entrada de imigrantes nipônicos. No ano de 1930, o governo peruano atuou para suspender e dificultar a entrada e permanência dos japoneses no território nacional. De acordo com José Luis Naupari Robledo:

> Em 15 de setembro de 1930, um decreto foi emitido suspendendo a imigração e, em 10 de outubro do mesmo ano, outro decreto exigia o pagamento de uma taxa de dois mil soles para entrada e residência em território peruano; além da exigência de um contrato de trabalho legalizado e o apoio de um parente residente que deveria prover sustento para o imigrante na chegada ao país (NUPARI ROBLEDO, 2013, p. 9).[6]

Os imigrantes japoneses em território peruano também passaram a ser vistos como possíveis agentes membros de uma rede de espionagem, argumento que validava a ideia de ameaça imperialista, cunhada a partir da experiência norte-americana com a imigração nipônica (NUPARI ROBLEDO, 2013).

O temor de uma suposta invasão militar do Japão ao Peru motivou o governo federal a impor medidas mais rígidas contra os imigrantes. Além da determinação do retorno de centenas de pessoas ao Japão, durante a Segunda Guerra Mundial imigrantes japoneses foram enviados a um campo de concentração localizado nos Estados Unidos. O processo de escolha e definição daqueles que seriam conduzidos aos centros de confinamentos foi feito de maneira falha e inadequada, com fatores de avaliação subjetivos e sem análise de antecedentes e motivações que justificassem as prisões (NUPARI ROBLEDO, 2013).

[6] Tradução livre do trecho da tese de José Luis Naupari Robledo *La persecución a la colectividad japonesa en el Perú 1941-1945*.“El 15 de setiembre de 1930 se emitió un decreto por el que se suspendía la inmigración y el 10 de octubre del mismo año otro decreto por el que se exigía el pago de una cuota de dos mil soles para el ingreso y residencia en territorio peruano; además de la exigencia de un contrato de trabajo legalizado y el apoyo de un familiar residente que debió proveer sustento al inmigrante a su arribo al país”.

2. A HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL

2.1 O PERÍODO QUE ANTECEDEU A CHEGADA DOS PRIMEIROS IMIGRANTES

Na história do Brasil existem três momentos que tiveram influência direta na questão migratória do país: a expansão da cafeicultura em São Paulo, entre 1870 a 1881, a abolição da escravatura, em 1888 e a proclamação da República, em 1889. Os três episódios representam períodos da história do país em que o debate acerca da imigração é trazido à tona como solução para questões sociais, culturais e econômicas.

Foi a partir da discussão sobre a substituição da mão de obra escrava nas lavouras que se deu início ao debate acerca da imigração. No mesmo momento, o Brasil também começa a analisar como construir uma sociedade com uma composição étnica mais próspera. A solução encontrada para ambas as questões foi a busca por imigrantes europeus.

O empenho pela imigração europeia para o Brasil acontece em razão da crença na teoria de melhoramento racial, baseada no darwinismo social e na tese eugenista. Acreditava-se que a miscigenação do povo brasileiro com indivíduos europeus conceberia gerações cada vez mais brancas e, consequentemente, mais desenvolvidas.

O cientista e antropólogo inglês Francis Galton, considerado o “pai da eugenia”, desenvolveu, em 1883, um estudo sobre a hereditariedade humana, definindo ser possível identificar os melhores indivíduos dentro de uma sociedade, e estimular sua reprodução a fim de garantir a transmissão dessas características para gerações futuras (DEL CONT, 2008).

Já o diplomata e filósofo francês Arthur de Gobineau indicou em sua obra *Essai sur l’inégalité des races humaines*, de 1885, a existência de diferenciações entre raças que estabeleciam grupos raciais “fadados a degeneração (como os

‘negros’) e outros a uma ‘verdadeira civilização’ (os ‘brancos’)” (CARVALHO, 2013, p.2).

A partir dessas teorias, países como o Brasil passaram a buscar a miscigenação com povos brancos, objetivando o melhoramento racial. Os imigrantes não-brancos passam a ser considerados indesejáveis à luz do plano eugenista.

A questão da falta de mão de obra nas lavouras de café, no entanto, exigiu que o país abrisse suas fronteiras até mesmo para povos de raças consideradas inferiores, como os chineses e japoneses.

O governo de São Paulo teve importante papel na história migratória do Brasil. Por se tratar de uma atividade de grande impacto na economia brasileira, as demandas dos fazendeiros donos das lavouras de café por trabalhadores eram atendidas pelo governo federal com o objetivo de buscar imigrantes que se fixassem no país. À época, segundo a escritora Arlinda Rocha Nogueira, a legislação brasileira definia dois tipos de imigração, uma financiada pelo próprio imigrante, chamada de espontânea, e outra “patrocinada” por terceiros, conhecida como dirigida.

> Entre 1887 e 1930, a imigração espontânea foi, de uma maneira geral, favorecida pelo governo central e por aquele de alguns Estados. Mas, como a necessidade de braços era muito grande e verificou-se que o imigrante espontâneo raramente dirigia-se para a lavoura, lançou-se mão da imigração dirigida, ou seja, o governo escolhia a nacionalidade dos que mais lhe convinham, aliciava-os, pagava-lhes a passagem, hospedava-os e, por fim, colocava-os quer nos núcleos coloniais, como pequenos proprietários, quer nas lavouras, como elemento assalariado (NOGUEIRA, 1984, p. 48).

Inicialmente, os italianos foram maioria nas lavouras de café em São Paulo. No entanto, as condições de trabalho precárias e o tratamento de semiescravidão fez com que, em 1902, o governo italiano publicasse o *Decreto Prinetti*, que proibia a emigração subsidiada para o Brasil. Além disso, a crise da cafeicultura, provocada pela superprodução de café e a diminuição da demanda pelo produto, fez com que os italianos deixassem as lavouras em busca de trabalho nas cidades, ou abandonassem o Brasil em busca de novos destinos (HUTTER, 1987; LEVY, 1974).

Com isso, o governo brasileiro passou a incentivar a imigração asiática – inicialmente com chineses – mesmo que a medida fosse de encontro à busca pelo melhoramento racial proposto pela teoria eugenista. O pesquisador Rogério Dezem destaca em seu livro *Matizes do "Amarelo": A gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*, o impacto da imigração chinesa para a construção da ideia de "perigo amarelo" no Brasil e a influência deste fato para a surgimento da noção de "perigo japonês" e do antiniponismo no país. Segundo Dezem:

> A partir de argumentos históricos, preconceituosos e racistas as oligarquias agrárias do Império optaram por descartar a mão-de-obra negra (sinônimo de atraso) e o trabalhador nacional (sinônimo de preguiça), resolvendo-se por trazer, como elemento transitório (Dezem, 2005, pp. 61-73), o imigrante chinês ou simplesmente chim, considerado pelos fazendeiros um elemento mais barato e dócil, se comparado ao imigrante europeu (DEZEM, 2005, p. 2).

O projeto de investimento na imigração chinesa para as lavouras de café, no entanto, não foi bem sucedido. Os primeiros registros dessa imigração são frutos de tráfico humano, em que parte dos trabalhadores eram trazidos à América após serem sequestrados em portos chineses. Trazidos contra sua vontade, os *coolies* – termo utilizado para se referir aos trabalhadores chineses – eram vistos como fracos, preguiçosos e indisciplinados (DEZEM, 2005).

No geral, tais adjetivos não foram aplicados aos imigrantes japoneses que desembarcaram no Brasil em 1908, com exceção da ideia de raça inferior, que classificava todos os povos amarelos como tal. Ainda segundo Dezem (2005), mesmo que frustrada, a tentativa de introdução do imigrante chinês nas lavouras de café, estabeleceu estereótipos e estigmas que foram impostos aos primeiros imigrantes nipônicos, tais como o símbolo do atraso, a mentalidade estranha, a moral questionável.

A pesquisadora Marcia Yumi Takeuchi destaca que a experiência da imigração chinesa no Brasil anterior à chegada dos japoneses "tornou o discurso antinipônico ambíguo: o japonês era visto como trabalhador moralizado, dócil e eficiente, mas ao mesmo tempo um perigo racial e político" (TAKEUCHI, 2016, p. 55).

Somadas as experiências migratórias dos Estados Unidos e do Peru com a tentativa frustrada de introdução dos chineses nas lavouras brasileiras, a discussão acerca da imigração japonesa no Brasil se tornou um debate polarizado. De um lado, um grupo de políticos e diplomatas buscavam o governo japonês para garantir a assinatura de tratados migratórios e comerciais com a nação nipônica, de outro, políticos e intelectuais se opunham à imigração, defendendo que os japoneses promoveriam a degeneração da raça brasileira, além de representar uma ameaça imperialista para os países que o recebiam.

O primeiro registro de aproximação do Brasil com o Japão data de 1895, com a assinatura do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação. Em 5 de novembro, o ministro plenipotenciário[7] do Japão na França, Arasuke Sone, e o ministro plenipotenciário do Brasil na França, Gabriel de Toledo Piza e Almeida, firmaram, em Paris, o acordo que deu início às relações diplomáticas entre as duas nações. A medida sinalizou o primeiro interesse do Brasil na imigração nipônica para trabalhar como mão de obra nas lavouras (TAKEUCHI, 2016).

Em agosto de 1897, é inaugurada a Legação Japonesa no Rio de Janeiro e, em setembro, é criada a Legação brasileira em Tóquio. O primeiro ministro plenipotenciário do Brasil em Tóquio foi o diplomata Henrique Carlos Ribeiro Lisboa, que realizou as primeiras articulações diretamente com o governo nipônico, com o objetivo de estabelecer relações de comércio e imigração (TAKEUCHI, 2008, TAKEUCHI, 2016; NOGUEIRA, 1984).

De acordo com Takeuchi (2016), o ministro Lisboa atuou em favor das elites cafeicultoras brasileiras na negociação com o governo japonês, já visando a atuação dos súditos nipônicos nas lavouras de café brasileiras. Os representantes seguintes da Legação, no entanto, não tiveram os mesmos esforços favoráveis à imigração. Em 1901, Manoel de Oliveira Lima assume a representação diplomática no Japão e, a partir daí, as comunicações com o Itamaraty começam a tratar dos perigos políticos e raciais da imigração japonesa através de discursos antinipônicos.

[7] O ministro plenipotenciário é um chefe de missão diplomática enviado pelas autoridades de seu país para outra nação com o objetivo de representar e defender os interesses de sua pátria. De acordo com o Direito Internacional, o ministro plenipotenciário se encontra em uma categoria imediatamente inferior à do embaixador.

No mesmo ano, o governo de São Paulo deu início a tratativas diretas com o governo japonês, para acertar os detalhes necessários para inaugurar o processo migratório. No entanto, um ofício de Oliveira Lima atrasa as negociações com recomendações contrárias à abertura das fronteiras para os trabalhadores japoneses. Segundo o diplomata, a imigração japonesa era indesejável por:

> Trazer a nosso convívio elementos de raça inferior, por incorporar no modo de produção das grandes lavouras agricultores não afeitos ao uso de modernos equipamentos agrícolas; pela diversidade de educação, costumes e, sobretudo de natureza psicológica e de objetivo social que separa as raças arianas das mongólicas (TAKEUCHI, 2016, p.62).

Oliveira Lima foi substituído por Manoel Carlos Gonçalves Pereira, que se dedicou a alertar o Brasil para os perigos expansionistas e para a ameaça imperialista que o Japão representava para o Ocidente, especialmente após a vitória nipônica na guerra Russo-Japonesa. À época, o Itamaraty demonstrava preocupação quanto ao posicionamento nipônico entre as potências militares mundiais. O sucessor de Pereira à frente da Legação, Luís Guimarães, atuou no período de 1906 e 1909 para impedir a imigração japonesa, destacando os episódios dos trabalhadores nipônicos na Califórnia e reforçando a argumentação racial contra a miscigenação com raças inferiores (TAKEUCHI, 2016).

Os anos anteriores à chegada dos primeiros imigrantes japoneses em território brasileiro a bordo da embarcação *Kasato Maru*, foram marcados pelo discurso antinipônico, em especial no cenário diplomático. Internamente, políticos e autoridades também deram início à campanha anti-japonesa, objetivando o impedimento da imigração. As justificativas utilizadas por políticos e intelectuais contrários à abertura das fronteiras aos trabalhadores japoneses se baseavam, no geral, em argumentos de cunho político, racial e social.

No campo da política, os japoneses eram vistos como perigosos, traiçoeiros e ameaçadores, representando um risco aos países ocidentais através do discurso de ameaça imperialista. Temia-se que os súditos japoneses, apoiados pelo governo nipônico, fossem enviados aos países como agentes ou espiões que atuariam em favor de um plano de domínio dos territórios do ocidente.

Na parte racial, os asiáticos eram considerados inferiores, o que prejudicaria a formação da sociedade brasileira, que era tida como uma raça ainda em formação. Pela teoria eugenista, o brasileiro precisava ser miscigenado com povos brancos, em especial os europeus, para garantir o melhoramento gradual da raça. A inserção de um elemento eugênico inferior resultaria no atraso do desenvolvimento brasileiro, além de provocar a degeneração da raça.

Por fim, a questão social alertava para a incapacidade do imigrante japonês de se integrar à sociedade que os recebia. A formação de quistos asiáticos nas regiões em que eles se fixaram preocupava os governos por se tratar de locais em que os grupos mantinham suas tradições e costumes, sem incorporar as práticas e hábitos locais.

2.2 O INÍCIO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA COM A CHEGADA DO *KASATO MARU*

No dia 18 de junho de 1908, o *Kasato Maru* desembarcou no porto de Santos, em São Paulo, após 52 dias de viagem. A embarcação trouxe os primeiros 781 japoneses que migraram para o Brasil, além de outros 12 passageiros independentes, chamados de “emigrantes livres”. O grupo era formado, em sua maioria, por famílias, medida que incentivava a permanência dos imigrantes no país - diferente da imigração japonesa para os EUA, por exemplo, em que jovens solteiros viajavam como *dekassegui* [8] (DAIGO, 2008).

A chegada do *Kasato Maru* marca o início da imigração japonesa para o Brasil após a assinatura de um acordo estabelecido entre ambas as nações. O objetivo do tratado era solucionar o problema da falta de mão de obra nas lavouras de café brasileiras e o excedente populacional nas cidades japonesas.

Apesar do sentimento antinipônico que já pairava no Brasil - em especial em meio às elites que prezavam pelo melhoramento racial, baseado na teoria eugenista

[8] *Dekassegui* é o termo utilizado para se referir aos imigrantes que viajam a outros países em busca de trabalho. Neste caso, os trabalhadores buscam acumular fortuna no país que os recebe para, então, retornar a sua terra natal. A tradução da palavra ao pé da letra é “sair para trabalhar”.

- relatos apontam que os brasileiros receberam bem os primeiros imigrantes. A imprensa de São Paulo noticiou a chegada da embarcação, elogiando o comportamento organizado dos japoneses, e a população se reuniu no porto para acompanhar o desembarque dos imigrantes, carregando pequenas bandeiras do Brasil e do Japão para recepcionar o grupo (DAIGO, 2008).

Um artigo publicado no jornal *Correio Paulistano*, no dia 26 de junho relatou a chegada dos nipônicos:

> Vieram para S.Paulo no dia 19, desembarcando nesse mesmo dia do vapor que os trouxe. As suas câmaras e mais acomodações apresentavam uma limpeza inexcedivel. É preciso notar que se trata de gente de humilde camada social do Japão. Pois houve em Santos quem afirmasse que o navio japonês apresentava na sua 3a. classe mais asseio e limpeza que qualquer transatlântico europeu na 1a. classe (...) Ao desembarcarem na Hospedaria de imigrantes saíram todos dos vagões na maior ordem e, depois de deixarem estes, não se viu no pavimento um só cuspo, uma casca de fruta, em suma, uma coisa qualquer que denotasse falta de asseio por parte de quem neles veiu. Sahiram na maior ordem e, depois de quatro horas de viagem em trem especial de Santos a S.Paulo (não sei qual a razão por que se não ha de fazer o trajeto dos trens de imigrantes em menos tempo), e foram recolhidos no amplo salão do refeitório da hospedaria, ocupando todas as mesas, e ainda sobrou gente, que ficou nos corredores (CORREIO PAULISTANO, 1908).

O acordo de imigração entre as nações, no início, era supervisionado pelo embaixador do Japão no Brasil, Fukashi Sugimura. Posteriormente, no entanto, o processo de imigração passou a ser comandado por empresas particulares, que prometiam, através de publicidade, trabalho fácil nas plantações de café e enriquecimento rápido (MORAIS, 2011).

Apesar dos esforços dos fazendeiros donos de lavouras e do governo brasileiro para fixar os imigrantes no território nacional, o objetivo dos japoneses era de acumular fortuna e retornar, o mais breve possível, para o Japão. O forte sentimento patríotico e nacionalista dos nipônicos fazia com que estes só reconhecessem como lar o seu país de origem.

Os imigrantes recém-chegados no Brasil foram distribuídos em seis fazendas paulistas. Logo no primeiro momento, as promessas feitas pelas agências de imigração se mostraram imprecisas ou enganosas. As moradias destinadas às famílias eram as senzalas, antes utilizadas por escravizados, com apenas algumas

adaptações para receber os japoneses. No geral, os alojamentos eram locais com sinais de abandono, sem camas, móveis ou divisórias que separassem os ambientes de cada família. Além disso, as moradias não possuíam banheiros dentro do espaço das casas (DAIGO, 2008; MORAIS, 2011).

Os salários também não correspondiam às propagandas das agências. A remuneração anunciada pelas empresas levava em consideração um valor superestimado, que dependeria de uma colheita perfeita para atingir tal quantia. Anúncios prometiam o pagamento de cinco a 50 ienes[9] por dia aos trabalhadores, o que necessitaria de uma colheita de nove sacos de 50 quilos de café por família. Os imigrantes, no entanto, foram enviados a cafezais antigos, com baixa produtividade, além de terem chegado ao país em um período em que já não haviam muitos frutos de café. O resultado era uma colheita ruim, que chegava a apenas dois sacos por dia, por família[10].

Além dos baixos salários pagos aos japoneses, outro fator dificultava os planos de acúmulo de fortuna para o retorno rápido ao Japão. Segundo Massao Daigo (2008), os alimentos e as roupas eram adquiridos em armazéns nas fazendas a partir de uma espécie de “empréstimo”, gerando débitos e até dívidas com os donos das fazendas.

De acordo com a Comissão de elaboração da história dos 80 anos da imigração japonesa no Brasil, as más condições de habitação e alimentação, a dificuldade de comunicação entre imigrantes e fazendeiros, os cafezais velhos com baixa produtividade, os conflitos hierárquicos entre as raças e o descontentamento com as propagandas falsas feitas pelas agências de imigração, provocaram um movimento de fuga e abandono das fazendas[11].

Ao longo do primeiro ano, diversos imigrantes se deslocaram para as cidades em busca de melhores oportunidades. Parte dos japoneses se mantiveram no estado de São Paulo, enquanto outros foram para o Mato Grosso do Sul, Paraná,

---

[9] Moeda japonesa.
[10] Disponível em: http://www.imigracaojaponesa.com.br/index.php/nossa-historia/historia-da-imigracao-parte-2/. Acesso em 21 de ago. de 2021.
[11] Informações disponíveis no livro *Uma Epopéia Moderna: 80 anos de imigração japonesa no Brasil*, escrito pela Comissão de elaboração da história dos 80 de imigração japonesa no Brasil, publicado em 1992.

Minas Gerais, entre outros. Os imigrantes que haviam saído das fazendas passaram a trabalhar nas cidades como pequenos comerciantes, carpinteiros, ajudantes de obras ou de oficinas mecânicas e, no caso das mulheres, como empregadas domésticas. Outra parte se manteve no campo, em plantações de hortaliças, algodão, hortelã e arroz (DAIGO, 2008; MORAIS, 2011; COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA DOS 80 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO BRASIL, 1992).

Os primeiros imigrantes que chegaram ao Brasil enfrentaram muitas dificuldades em razão da grande dessemelhança entre as culturas. Mesmo aqueles que vinham de regiões de clima quente, como Okinawa e Kagoshima, não estavam preparados para enfrentar adversidades características de países tropicais. Assim como no Peru, doenças como a febre amarela e malária dizimaram comunidades nipônicas no país.

A alimentação também foi um grande desafio para os primeiros japoneses em terras brasileiras. Tradicionalmente, a cultura alimentar dos dois países é bem diferente uma da outra. O feijão é um bom exemplo para apresentar a diferença entre os costumes de ambas as nações. Enquanto no Brasil o grão faz parte de pratos salgados das principais refeições, no Japão, o feijão é mais comumente servido como um doce, conhecido como *anko*. O arroz também causou incômodo aos imigrantes. O arroz de sequeiro, disponível nos armazéns das fazendas, quando cozido ficava solto, ao contrário do *gohan*, com o qual os japoneses estavam acostumados a consumir em suas refeições. Mas além da estranheza causada pelas diferenças, a má alimentação dos primeiros imigrantes também foi responsável por uma subnutrição generalizada, que causou a morte de crianças nas comunidades[12].

O idioma também foi um grande obstáculo na rotina dos imigrantes. Além de impedir que a comunicação com os fazendeiros e guardas das lavouras de café fosse eficiente, a principal preocupação dos japoneses se debruçava na questão da educação das crianças. O desejo de manter nas gerações nascidas no Brasil o

[12] Informações disponíveis no livro *Uma Epopéia Moderna: 80 anos de imigração japonesa no Brasil*, escrito pela Comissão de elaboração da história dos 80 de imigração japonesa no Brasil, publicado em 1992.

Yamato Damashii[13]*,* fez com que as comunidades criassem escolas nipônicas, com professores e diretores japoneses, para manter o ensino da língua, da história e das tradições do Japão e, com isso, manter vivo o sentimento nacionalista nos jovens *nisseis* e *sanseis*[14].

Somada às dificuldades físicas das condições precárias nas lavouras de café, das grandes diferenças climáticas e alimentícias e das barreiras linguísticas, o sentimento antinipônico no Brasil também mostrava a sua face. Na mídia, reportagens, artigos e charges em revistas ilustradas disseminavam a noção do que Márcia Takeuchi chama de "*caricaturização* do inimigo a ser combatido" (TAKEUCHI, 2016, p. 22). Na política, o Congresso Nacional discutia a criação de uma nova Constituição com restrições ou proibições à imigração japonesa e com uma clara campanha antinipônica encabeçada por parlamentares defensores da eugenia. Entre as elites, difundia-se os esforços pelo branqueamento da população brasileira.

2.3 O ANTINIPONISMO NO BRASIL NO PERÍODO ANTERIOR À SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Um dos períodos mais instáveis para os imigrantes japoneses residentes no Brasil foram os anos anteriores à entrada do país na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, em especial durante o Estado Novo, a partir de 1937.

O Estado Novo foi um período da Era Vargas caracterizado pelo autoritarismo e a centralização do poder pelo Executivo Federal na figura do presidente da República. O regime foi instaurado através de um golpe de estado, com apoio das

[13] O termo japonês *Yamato Damashii* se refere ao espírito japonês. Ao pé da letra, "*Yamato*" faz referência ao antigo nome do Japão, enquanto "*Damashii*" significa "alma" ou "espírito". O conceito, segundo Fernando Morais, se trata da "doutrina do 'espírito nipônico' e do 'modo de vida japonês'" (MORAIS, 2011, p. 49). Especialmente para os japoneses residentes no exterior, o *Yamato Damashii* tinha grande importância para manter viva nos descendentes que já haviam nascido fora do Japão a cultura e as tradições nipônicas.

[14] Em japonês, o sufixo "*sei*" significa "geração". Os *isseis* são os japoneses que migraram do Japão para o Brasil, sendo considerados a primeira geração. Os *nisseis* compõem a geração seguinte, sendo os filhos dos *isseis* já nascidos fora do Japão. Já os *sanseis* são os netos dos primeiros imigrantes que também nasceram em território brasileiro.

forças militares, que provocou o fechamento do Congresso Nacional e de Assembleias Legislativas.

Uma das principais características do regime era o nacionalismo, sistema em que o “Estado-nação seria o grupo mais elevado na ordem social e, devido a isso, seria o foco primeiro de lealdade dos cidadãos e seria o detentor da legitimidade de tomar as decisões finais na direção dos negócios humanos” (LAUERHASS, 1986, p. 17).

Do nacionalismo surge a Campanha de Nacionalização. A medida propunha a valorização da cultura brasileira em detrimento das culturas estrangeiras. Os imigrantes das mais diversas nacionalidades começam a sofrer com ações que visavam minimizar a influência de suas raízes e forçar a integração dos grupos à sociedade brasileira.

As providências contra os imigrantes ganharam embasamento legal com a Campanha de Nacionalização a partir de decretos que perseguiam e retiravam direitos desses grupos. No caso das escolas, o ensino de português passa a ser obrigatório em todas as instituições, assim como o idioma passa a ser o único autorizado em sala de aula. Além disso, apenas brasileiros natos poderiam ocupar cargo de direção, enquanto professores tinham de ser nativos ou naturalizados. A educação moral e cívica também se torna disciplina obrigatória nas escolas.

Os meios de comunicação sofreram com a censura. Nos veículos estrangeiros, as restrições eram ainda maiores. Os jornais, por exemplo, foram proibidos de publicar edições bilíngues, assim como programas de rádio foram proibidos de continuarem as transmissões.

As comunidades de imigrantes também entraram na mira das políticas nacionalistas. O desejo de unificação da nação via nos núcleos coloniais um obstáculo. Como já citado anteriormente, os imigrantes que se agrupavam nos chamados quistos étnicos mantinham tradições e costumes de seus países de origem, evitando a integração à sociedade brasileira. A assimilação dos estrangeiros se torna um dos principais objetivos da campanha.

A questão migratória também se encontrava no centro das discussões neste período. Mesmo antes da instauração do Estado Novo, o assunto já era abordado, em especial após a abertura da Assembleia Nacional Constituinte, em 1933, na

qual, sob o argumento de defender o trabalhador nacional, parlamentares atuaram para restringir a entrada de imigrantes no país. A eugenia e a ameaça à segurança nacional também faziam parte da argumentação (GERALDO, 2009).

No caso dos japoneses residentes no Brasil, o principal efeito da Campanha de Nacionalização foi sentido na questão das escolas japonesas. Para os imigrantes, era de suma importância que as crianças e os jovens que haviam crescido no Brasil continuassem em contato com a cultura e os ensinamentos nipônicos. Além disso, os locais também eram utilizados pela comunidade para a manutenção de tradições japonesas como o culto ao imperador e as festas tradicionais. A autora Zeila de Brito Fabri Demartini destaca em seu artigo “Marcas da guerra em terra distante: relatos dos japoneses em São Paulo”:

> Era nessas escolas que a educação geral e, os valores em particular, eram perpetuados, assuntos sociais discutidos, reuniões efetivadas, decisões comunitárias tomadas, cerimônias dos mais variados tipos realizadas, enfim, em que a vida comunitária acontecia. Dentro desse espaço escolar as pessoas reuniam-se em ocasiões importantes como a Celebração do Ano Novo (*Shiho Hai*), o Dia do Império (*Kigen Setsu*), o Aniversário do Imperador (*Tencho Setsu*), festas de aniversário, casamentos e outras festividades variadas. Muitos rituais precediam necessariamente outras atividades na escola: o culto ao Palácio Imperial voltado ao leste, que era considerado único no Brasil; a veneração do retrato do imperador; o ritual da leitura do “Édito Imperial da Educação”; e o canto do hino nacional japonês (*kimi ga yo*). Participavam os chefes de família nessas ocasiões, bem como seus filhos, demonstrando a importância do espaço da escola para a comunidade em geral, e a função ampliada que adquiriu no Brasil (DEMARTINI, 2004, p. 153).

Com os decretos do governo Vargas, grande parte dessas atividades se tornaram infrações ou delitos passíveis de sanções que poderiam chegar até à prisão daqueles desrespeitassem as normas do Estado em prol da diminuição da influência das comunidades de imigrantes estrangeiros no Brasil.

A campanha de perseguição aos japoneses residentes no país se intensificou após o início da Segunda Guerra Mundial. As políticas anti-imigração ganharam novos contornos com as mudanças no cenário internacional. Se antes a repressão aos nipônicos era motivada pelos ideais impostos pela Campanha de Nacionalização, com o início do conflito, o antagonismo entre Brasil e Japão

passou a ser uma questão política após o rompimento das relações diplomáticas entre as nações.

2.4 SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: BRASIL E JAPÃO DE LADOS OPOSTOS

Em 1942 o cenário piorou para os imigrantes japoneses residentes no país. No mês de agosto o Brasil ingressou na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, rompendo as relações diplomáticas com Japão, Alemanha e Itália, principais países do Eixo. Nesse período, todos os estrangeiros dessas nacionalidades e seus descendentes, chamados de súditos do eixo, passaram a ser vistos como potenciais inimigos.

Surge no Brasil o mito da quinta coluna[15], em que se acreditava que os imigrantes estariam atuando clandestinamente como espiões ou agentes infiltrados em território nacional para auxiliar suas nações na tomada de poder ou invasão da região, quando necessário. Para combater os planos destes grupos, o governo federal chegou a determinar a retirada de famílias japonesas de regiões próximas ao porto de Santos, por considerar a costa litorânea do país uma área de segurança nacional (RODRIGUES E NASCIMENTO, 2017; SILVA, 2011).

Baseadas nessa argumentação de segurança nacional, mais medidas foram decretadas para “regulamentar a atividade dos estrangeiros naturais de países do ‘eixo’” (BRASIL, 1942) que proibiam, entre outros, a disseminação de publicações nos idiomas japonês, italiano e alemão; o debate sobre a situação internacional em local público; viagens sem anuência de autoridades brasileiras e reuniões, ainda que para eventos de caráter privado em casas particulares (FOLHA DA MANHÃ, 1942).

[15] O termo quinta coluna foi cunhado em 1936, durante a guerra civil espanhola. A origem da expressão teria surgido quando o general Queipo de Llano, utilizando uma formação militar conhecida como “quatro colunas”, marchava em direção à Madrid e declarou que lá estaria a “quinta coluna”, facção de simpatizantes do general Francisco Franco que estava infiltrada na comunidade madrilena. Durante a Segunda Guerra, a expressão se popularizou para se referir àqueles que agiam como espiões ou agentes infiltrados em outros países preparando o território para uma possível invasão por seu país de origem.

No mesmo ano, Getúlio Vargas publicou o Decreto-Lei 4.166, que determinou o confisco de bens dos súditos do eixo com a finalidade de servir como uma compensação ao Brasil e aos brasileiros pelos prejuízos causados pela guerra.

No entanto, a medida de maior impacto para os japoneses neste período foi o decreto que proibiu a realização de atividades ligadas ao Japão e ao imperador, como a proibição de reproduzir o hino japonês, de realizar saudações próprias do Japão e de exibir, em locais visíveis ou expostos ao público, retrato de membros do governo nipônico (BRASIL, 1942).

O culto ao imperador[16] era uma atividade de extrema importância para os japoneses, em especial àqueles que residiam fora do Japão. O sentimento nacionalista dos nipônicos ganhou forças especialmente após o início da Era Meiji, período em que a figura do imperador passa a ser difundida, através dos meios de comunicação e dos currículos escolares, como uma “expressão máxima do espírito japonês” (ODA, 2011, p. 2).

O descumprimento destes artigos gerou diversas prisões e investigações pela Delegacia de Ordem Social e Política (DOPS) e pelo Departamento Especial de Política Social (DEOPS). Entre as infrações investigadas pelos agentes na cidade de São Paulo estavam o uso do idioma japonês em território brasileiro e a reverência a símbolos que fizessem referência ao Japão, como a bandeira e a imagem do imperador (KOMATSU, 2010; MORAIS, 2011).

A perseguição aos imigrantes japoneses e seus descendentes perdurou por todo o período da Segunda Guerra e, também após o fim do conflito, marcado pela rendição do Japão. A imagem do nipônico, que já era entendida pela sociedade como hostil, sorrateira e ameaçadora, é chancelada com o confronto. O imigrante japonês continuou vivendo nos anos seguintes sob a aura da suspeição, rejeição e perseguição.

[16] Durante muitos anos, a população acreditou na mitologia japonesa de que a Família Imperial seria descendente da deusa do sol, conhecida como *Amaterasu*. Logo, a soberania do Imperador se justificava pela sua ancestralidade divina, garantindo-lhe poderes e centralizando em si o símbolo de força da nação. A estrutura de governo piramidal, trazia o imperador no topo, como autoridade máxima da nação, vigorou durante toda a era Meiji e teve fim em 1945 (NOGUEIRA, 2017).

3. QUEM FOI VIVALDO COARACY

Apesar de uma ampla coleção de livros publicados e de sua influência entre intelectuais no período de 1930 a 1960, atualmente não há disponíveis muitas informações sobre Vivaldo Coaracy em livros, artigos ou na internet.

Por essa razão, a presente pesquisa utiliza uma breve biografia do autor, o livro de memórias autobiográficas *Todos Contam Sua Vida: memórias de infância e adolescência*, de 1959, além de algumas informações obtidas em sites da internet e publicações acadêmicas, para tentar fazer um relato de quem foi o autor dos textos aqui analisados.

Vivaldo de Vivaldi Coaracy nasceu no dia 25 de novembro de 1882, na cidade do Rio de Janeiro. Filho de José Alves Visconti Coaracy e de Corinna Alberta de Vivaldi Coaracy, atuou como engenheiro, jornalista e escritor.

Coaracy iniciou os estudos na Escola Preparatória e de Tática do Realengo em 1903. Depois de um ano letivo na Escola Militar, foi transferido para a unidade da Praia Vermelha, de onde saiu expulso após a Revolta Militar da Vacina Obrigatória[17], em 1904, comandada pelo senador e coronel Lauro Sodré. Vivaldo não participou dos motins que aconteceram na Rua da Passagem, pois estava hospitalizado no momento dos atos. No entanto, foi punido junto a todos os outros militares da Escola da Praia Vermelha. Anos depois, segundo o autor, todos os que participaram da revolta foram anistiados e puderam voltar às Forças Armadas, tendo apenas duas pessoas que não retornaram, entre elas, Vivaldo (COARACY, 1959).

Após o episódio, que o fez “excluído do Exército, com a carreira cortada, sem profissão, sem recursos e desempregado” (COARACY, 1959, p. 267), Vivaldo

[17] Também conhecida como Revolta da Praia Vermelha, o movimento foi um ato organizado por militares insatisfeitos com o governo de Rodrigues Alves, que se somou às manifestações contrárias à obrigatoriedade da imunização contra a varíola. Em seu livro *Todos Contam Sua Vida*, Vivaldo afirma que o ato foi “um movimento contra o predomínio arbitrário de Pinheiro Machado, que já então se acentuava, e a denominada política dos governadores, inaugurada no governo de Campos Sales. Os republicanos históricos, como Lauro Sodré, denunciavam o desvirtuamento progressivo dos princípios da Constituição de 91, que fatalmente conduziria o País a uma forma de dominação oligárquica adversa à democracia. Os mais exaltados entendiam que só a revolução poderia restaurar a República na sua pureza doutrinária. A repulsa popular à lei da vacinação, tomando a forma violenta de insurreição aberta, forneceu a ocasião e o pretexto” (COARACY, 1959, p. 266).

decidiu ingressar em uma nova aventura no Rio Grande do Sul, para onde decidiu ir por impulso. Lá, se formou engenheiro mecânico-eletricista em 1911, pela Escola de Engenharia de Porto Alegre. Atuou na área como professor da escola em que se formou e dirigiu o Instituto de Eletro-Técnica da mesma instituição. Contudo, a partir de 1926, decidiu seguir seu sonho na área das letras, com o jornalismo e a escrita.

Em seu livro *Todos Contam Sua Vida*, Vivaldo narra o breve período em que cursou Medicina após concluir o curso do Ginásio Nacional. O autor menciona que sua escolha foi influenciada pela recomendação de um colega e pelo amor que tinha pela disciplina de Botânica, o que fez com que prestasse exame para Biologia e Anatomia. A Medicina em si, no entanto, não o atraia verdadeiramente. Segundo Vivaldo, no Largo da Misericórdia, onde ficava situada a faculdade, seu interesse real estava localizado na Rua do Ouvidor, onde estavam reunidas as redações de jornais. “Porque minha aspiração íntima, mais ainda do que ser escritor, era entrar para o jornalismo” (COARACY, 1959, p. 212).

O jornalismo também estava no sangue de Vivaldo, como algo passado de geração em geração.

> Neto de avô jornalista, filho de pai jornalista e de mãe jornalista, a negra e oleosa tinta de impressão já me andaria diluída na massa do sangue quando nasci. Todos os curtos anos felizes da minha infância, passei-os na casa frequentada assìduamente pela ruidosa gente de imprensa [...] As salas de redação, onde muita vez, ainda menino de calças curtas, entrei pela mão de meu pai ou de minha mãe, já naquela época estabeleceram, secreta e inconscientemente, uma atração fatal (CORACY, 1959, p. 213).

Como jornalista, iniciou sua carreira no periódico *A Cidade do Rio* e, posteriormente, escreveu para outros como *O Estado de S. Paulo, Folha da Manhã* e *Jornal do Commercio*. Como autor, publicou diversos livros, entre eles, *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro* (1882), *Couves da Minha Hort*a (1949), *A Sala da Capela* (1933), *O Caso de São Paulo* (1931) e *Perigo Japonês* (1942), que após sua veiculação nas páginas do *Jornal do Commércio*, foi lançado no mesmo ano, como livro pela Editora José Olympio.

Suas obras sobre o Rio de Janeiro são consideradas grandes referências para a história da cidade, com um olhar único do autor sobre as peculiaridades, a vida social, os problemas e as belezas de sua cidade natal.

Em 1964, Vivaldo publicou o livro *Paquetá Imagens de Ontem e de Hoje*. Foi na ilha carioca que Coaracy viveu de 1945 até o dia 13 de junho de 1967, quando faleceu. Em sua obra o autor apresenta a história da região, com fatos desde a origem de seu nome até os aspectos geográficos da ilha. Sua grande contribuição para a memória do local lhe rendeu a honraria de patrono da Cadeira nº 3 da Academia de Artes, Ciências e Letras da Ilha de Paquetá.

Reforçando sua importância para a história do Rio de Janeiro, é possível encontrar menções ao autor em algumas reportagens recentes publicadas sobre a cidade em portais como *O Estado de S. Paulo*[18], *Diário do Rio*[19] e *G1*[20].

Coaracy viveu alguns anos exilado em Portugal após participar da Revolução Constitucionalista de 1932, revolta armada contra o governo de Getúlio Vargas e em favor de eleições para a Constituinte e para presidente da República. Neste período, Vivaldo se dedicou à escrita do livro *A Sala da Capela*, que registrou sua visão e de outros exilados sobre o período em que foram tratados como presos políticos. Retornou ao Brasil em 1933, e voltou à sua terra natal, o Rio de Janeiro, onde dirigiu a sucursal do *Estado de S. Paulo* até 1941, quando o jornal foi confiscado e ocupado por interventores do governo.

Após sua saída do periódico, tornou- se colaborador, até o ano de 1946, dos jornais *Folha da Manhã*, de São Paulo, e *Jornal do Commércio*, do Rio de Janeiro,

---

[18] Reportagem do *O Estado de S. Paulo*, publicada em 17 de novembro de 2009, sobre o relançamento do livro de Coaracy *O Rio de Janeiro no Século XVII*. Disponível em: https://www.estadao.com.br/noticias/geral,livro-relata-mudancas-do-rio-no-seculo-17,467571. Acesso em: 22 de set. 2021.

[19] Reportagem do *Diário do Rio*, publicada em 9 de abril de 2019, para tratar das chuvas no Rio de Janeiro como um problema antigo que já havia sido relatada em obras e artigos de Vivaldo. Disponível em: https://diariodorio.com/historiador-destaca-que-problemas-com-chuvas-sao-antigos-no-rio/. Acesso: 22 de set. 2021.

[20] Reportagem do *G1*, publicada em fevereiro de 2015, sobre a comemoração dos 450 anos do Rio de Janeiro. Para celebrar a Biblioteca Rio450, em parceria com a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e a Secretaria Municipal de Cultura, disponibilizou um acervo de publicações sobre a cidade, entre elas, Memórias da Cidade do Rio de Janeiro e o Rio de Janeiro no Século XVII. Disponível em: http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-450-anos/noticia/2015/02/biblioteca-rio450-reedita-obra-de-luxo-do-quarto-centenario-da-cidade.html. Acesso em: 22 de set. 2021.

retornando em 1946 ao *Estado de S. Paulo*, para publicação de crônicas semanais (CABRAL, 2009).

Mesmo breve, a presente biografia mostra a importância de Vivaldo para a literatura e o jornalismo brasileiro e, principalmente, fluminense. O membro da Academia Mineira de Letras, ocupante da cadeira nº 1, Danilo Gomes, lamenta, em artigo publicado no portal da instituição literária, que atualmente não haja tantas informações sobre Coaracy disponíveis ao público. Em suas palavras, Gomes afirma que Vivaldo " hoje repousa no limbo da memória nacional".[21]

Apesar de hoje ser possível reconhecer os preconceitos e equívocos na argumentação relatada por Coaracy na série de artigos "Perigo Japonês"[22], veiculado pelo *Jornal do Commercio*, à época o material teve importante impacto na sociedade brasileira, em especial, para a construção do discurso anti-imigração no país, como será visto a seguir.

[21] Trecho extraído do artigo publicado por Danilo Gomes no portal da Academia Mineira de Letras. Disponível em: https://academiamineiradeletras.org.br/artigos-de-academicos/no-albamar-outrora/. Acesso em: 22 de set. de 2021.

[22] Com a leitura dos 11 artigos da série e com a análise do contexto histórico no qual os textos foram publicados, a presente pesquisa identificou o forte papel do material como propaganda de guerra. É possível avaliar que Vivaldo Coaracy atuou muito mais como um publicista do que como um jornalista ao divulgar os fatos relacionados ao Japão e à imigração japonesa apenas como um pano de fundo para o assunto principal dos artigos que eram suas opiniões, convicções e visões políticas sobre o país e os nipônicos. Durante períodos de guerra, a publicidade foi muito utilizada para disseminar ideias e até para doutrinar o povo. Ao longo da Segunda Guerra Mundial, tanto a imprensa, quanto a publicidade, utilizaram-se da propaganda de guerra para apresentar uma imagem negativa dos inimigos e de seus regimes. No caso da série "Perigo Japonês", é possível identificar elementos no discurso de Coaracy que buscam criar no imaginário popular brasileiro a noção do japonês como inimigo do Brasil. Como já foi apontado anteriormente, há uma grande influência norte-americana na argumentação de Coaracy, o que reforça a ideia de que a propaganda de guerra tinha o objetivo de reforçar o antiniponismo em um período em que os Estados Unidos e o Japão se encontravam em lados opostos do conflito.

4. Perigo Japonês

Para realizar a análise dos 11 artigos do “Perigo Japonês”, de Vivaldo Coaracy, publicado em 1942, no *Jornal do Commercio*, a presente pesquisa realizou o agrupamento dos textos em quatro grupos de temática ampla e comum para, em seguida, explorar as minúcias de cada artigo.

A primeira parte do capítulo tratará da ameaça imperialista, presente nos artigos I - **Fome de Terra**, II - **A Mística Nacional**, III - **Bushido**, VII - **Apetite de Conquista** e VIII - **Colonizadores e Emigrantes.** O conceito de ameaça imperialista será reapresentado, desta vez sob a ótica de Coaracy, para, em seguida, ser possível analisar sua presença nos artigos citados.

O segundo item destaca a noção dos japoneses como inassimiláveis. Por se tratar de um importante elemento do racismo antinipônico, o tema foi escolhido como tópico. O assunto é abordado em diversas argumentações presentes ao longo de vários textos do “Perigo Japonês”, no entanto, a temática é tratada como principal no artigo IX - **O Imigrante**, que será analisado nesta etapa.

Em seguida, o tema abordado é a concepção de que os japoneses simulavam um comportamento civilizado, inspirado nas principais potências ocidentais, para garantir sua inserção entre elas. O ítem leva o nome de um dos artigos de Coaracy, A Máscara Ocidental. Nele, serão estudados os artigos IV - **A Máscara Ocidental**, V - **Por Trás da Máscara** e VI - **O Figurino Britânico**.

Por fim, a última parte analisa a presença do discurso eugenista nos artigos X - **Conciência do Perigo** e XI - **Conclusão**. O tema foi veiculado apenas nos últimos artigos publicados pelo *Jornal do Commercio*, no entanto, merece destaque nesta pesquisa por ser o principal fundamento do antiniponismo no Brasil.

A escolha pela classificação dos artigos em grupos foi feita a partir do estudo da obra de Laurence Bardin, *Análise de Conteúdo*. A metodologia destaca o processo de categorização como uma das etapas para a organização da pesquisa.

Para a realização da análise de conteúdo, Bardin define três fases para o estudo, a categorização se encontra no segundo momento, que é chamado pela

autora de exploração do material. Nesta etapa, o pesquisador deve examinar o material coletado na primeira fase, de pré-análise, e criar um sistema de codificação, que permita a classificação dos conteúdos levantados em categorias de temas e assuntos semelhantes.

Segundo Bardin, a primeira etapa a ser realizada é a pré-análise. Neste momento, deve ser explorado todo o material possível sobre o tema da pesquisa. A autora define este momento como “a fase de organização, propriamente dita” (BARDIN, 1977, p. 95).

Bardin aponta três missões a serem cumpridas nesta etapa: a seleção dos documentos que serão submetidos à análise, a formulação de hipóteses e objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. Para uma boa análise de conteúdo, é necessário haver uma ampla pesquisa sobre o tema e, posteriormente, a seleção dos principais materiais que irão compor o universo a ser estudado (BARDIN, 1977).

A segunda fase consiste na exploração do material. Neste momento são definidas as unidades de registro, primeiro passo para a reunião de materiais dentro de categorias. As unidades de registro são elementos que agrupam os conteúdos coletados na pré-análise dentro de grupos temáticos, que classificam os materiais a partir de sua semelhança de ideias e assuntos. A partir disso, é possível dar início a categorização, que, segundo Bardin é:

> Uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reunem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (BARDIN, 1977, p. 117).

Por fim, a terceira fase da análise de conteúdo é chamada de tratamento dos resultados. Esta é a etapa em que o conteúdo será validado. As hipóteses são testadas para, então, construir compreensões acerca dos fenômenos analisados (BARDIN, 1977).

A técnica utilizada para a presente pesquisa foi a de análise categorial temática. Neste método, o material é analisado a partir de “operações de desmembramento do texto em unidades e em categorias para reagrupamento analítico posterior, e comporta dois momentos: o inventário ou isolamento dos elementos e a classificação ou organização das mensagens a partir dos elementos repartidos” (DE SOUZA JÚNIOR, DE MELO E SANTIAGO, 2010, p. 34).

Na fase de pré-análise, foi realizada a leitura de todos os 11 artigos da série, além de outros diversos materiais que auxiliaram na compreensão do conceito de racismo antinipônico e perigo japonês. Após o domínio do conteúdo presente em cada texto, resumos específicos para cada artigo foram redigidos a fim de assimilar o material e reunir os principais pontos de cada um. Neste momento, foi possível identificar as similaridades entre os artigos, possibilitando a classificação deles dentro dos grupos.

Cabe destacar ainda a recorrência de certas palavras nos artigos e o significado destas repetições. Termos como “*perigo*”, “*ameaça*”, “*agressividade*” e “*invasão*” demonstram a intenção do autor de despertar na população brasileira o sentimento de temor e desconfiança para com os imigrantes japoneses. Essas palavras são utilizadas para o que Coaracy apresenta como uma tentativa de alertar a sociedade para os riscos da presença dos imigrantes no Brasil, especialmente sob a ótica da segurança nacional.

Já as expressões “*Oriente*”, "*Ocidente*”, “*civilização*” e “*atraso*” são empregadas por Vivaldo em artigos nos quais são apresentadas comparações entre o Japão e outros países ocidentais. Neles, é possível notar a tentativa constante de rebaixar as ações, tradições e comportamentos dos nipônicos perante a superioridade e hegemonia do Ocidente. Além disso, identifica-se também a ambiguidade nestes textos, em que um mesmo ato pode ser visto de maneira positiva ou negativa a depender do país que realiza a ação.

Do ponto de vista étnico-racial, termos como “*inferior*” e "*inassimilável*" são recorrentes na argumentação de Coaracy para convencer a população brasileira da necessidade de impedir a entrada de novos imigrantes no país. O autor reafirma, por diversas vezes, a inferioridade da raça amarela e os riscos que os japoneses representavam para o plano de branqueamento e progresso do Brasil. Os brasileiros

são apresentados como uma raça ainda em formação e os nipônicos são apontados como agentes causadores da degeneração ou contaminação deste povo. Além disso, a dificuldade de assimilação destes imigrantes, em razão da grande dessemelhança cultural entre as nações, é vista como um impasse para a homogeneização da sociedade brasileira defendida tanto pela Campanha de Nacionalização, quanto pela teoria eugenista.

A escolha dos quatro grupos temáticos foi feita após a leitura e codificação dos principais assuntos e termos apresentados por Coaracy nos artigos. Além disso, foram levadas em consideração as principais bases do racismo antinipônico, compreendidas após a pesquisa sobre o tema.

Por fim, com a análise das expressões e com o cruzamento das duas linhas de categorização, foi possível identificar os principais elementos racistas dentro de cada artigo e os assuntos que eram mais comumente abordados por Coaracy, para assim, agrupá-los por sua relação temática.

4.1. A AMEAÇA IMPERIALISTA

Como já mostrado anteriormente, a noção de ameaça imperialista surgiu a partir do suposto perigo que o Japão passou a representar às nações ocidentais após o seu desenvolvimento econômico, social, político e bélico em um curto espaço de tempo. As grandes potências do Ocidente, como a Europa e os Estados Unidos, passaram a ver no Japão uma ameaça à hegemonia conquistada por essas civilizações após longos anos de expedições para conquista de novas terras, revoluções industriais e modernizações dos sistemas político e econômico.

Para Coaracy, a ameaça imperialista teria duas origens, uma que pode ser explicada pela ótica econômica e outra pela ótica da psicologia nipônica. Além disso, muitos dos argumentos apresentados pelo autor fazem referência à experiência norte-americana com a imigração japonesa, reforçando o entendimento de que o racismo antinipônico no Brasil foi importado de outras nações.

Os artigos que tratam da política expansionista japonesa têm, em sua maioria, um teor ambíguo, em que uma mesma conduta pode ser analisada como positiva ou negativa, a depender de quem é o agente da ação. Quando realizada pelo Japão, as ações imperialistas eram imprudentes e faziam parte de um grande plano nipônico para a conquista do mundo, já quando feitas pelas potências ocidentais, eram atos organizados e que faziam parte do curso natural do desenvolvimento das civilizações.

A ameaça imperialista compõe a ideia do que o autor apresenta como perigo japonês. Coaracy destaca nos textos, como a principal motivação deste perigo, a invasão provocada pela migração japonesa, apoiada pelo governo, sob o falso pretexto de solucionar o problema da superpopulação nas cidades, quando na verdade, se tratava do plano nipônico de criação de uma "nova ordem" liderada pelo país asiático.

O assunto é apresentado já no primeiro artigo da série, **Fome de Terra**. Logo de início, Coaracy explica que as publicações do Perigo Japonês se propunham a "alertar a opinião e prevenir as autoridades" para os riscos que a imigração japonesa representava para o Brasil no campo da segurança nacional (CORACY, I, 1942, p. 3).[23]

Com o objetivo de impedir que o governo e a população brasileira se esquecessem dos riscos representados pelos imigrantes e voltassem a ceder à persistência dos nipônicos no futuro, o *Jornal do Commercio* veicula a série "Perigo Japonês" para que a "opinião pública seja devidamente esclarecida sobre os múltiplos aspectos do perigo japonês, sobre a gravidade que este pode assumir e sobre os meios de combatê-lo e eliminá-lo do futuro brasileiro". [24]

Coaracy afirmava que a preocupação com o perigo japonês deveria ser mundial. No entanto, apontava que o problema constituía ameaça mais grave e iminente para a civilização ocidental como um todo, para a concepção de vida estabelecida pelo cristianismo e para a raça branca. É importante destacar, ainda,

[23] Primeiro artigo da série "Perigo Japonês". Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&pesq=%22perigo%20japon%C3%AAs%22&pagfis=11541
[24] Idem.

que Coaracy não acreditava no conceito de “perigo amarelo”, enfatizando que o perigo seria essencialmente nipônico.[25]

A explicação para tal argumentação está diretamente ligada à noção de ameaça imperialista. O japonês era apontado por Vivaldo como agressivo e portador de uma missão universal de conquista mundial, que seria feita através da invasão sorrateira, disfarçada de imigração, com o objetivo de, posteriormente, dar início ao plano expansionista nipônico. O artigo faz referência à guerra russo-japonesa, indicando-a como a “primeira vez na história moderna que um povo de cor derrotou um povo branco”. Nesse momento, é possível notar o principal pretexto por trás do conceito de ameaça imperialista: o medo das civilizações ocidentais do surgimento de uma nova potência no Oriente.[26]

Vivaldo atribui à pequena extensão territorial do Japão e à grande densidade demográfica do país a explicação da origem da ameaça imperialista justificada pela ótica econômica. Para solucionar estes problemas, o governo nipônico lança mão da emigração, enviando seus súditos para diversas partes do globo.

A medida é amplamente criticada por Coaracy, que se refere à imigração japonesa como formadora de pobreza nos países que a recebe. A justificativa é de que as condições precárias de vida e trabalho no Japão formam cidadãos dispostos a trabalhar mais, por salários menores, o que provoca uma “concorrência mortífera ao trabalhador nacional”. Para embasar a argumentação, o autor cita o caso norte-americano, em especial no estado da Califórnia, em que o imigrante japonês se tornou um elemento indesejável e perturbador do equilíbrio social.[27]

E essa condição de vida do japonês também é responsável por aumentar a ambição deste povo. A abertura das fronteiras para o exterior e o contato com as maravilhas do mundo ocidental despertam nos súditos do Japão a fome de terra que, segundo Coaracy, é materializada pelas grandes migrações e pela enorme pressão expansionista.[28]

Ao final do primeiro artigo da série, é possível notar a ambiguidade citada no início deste tópico. Segundo Coaracy:

---

[25] Primeiro artigo da série “Perigo Japonês”.
[26] Idem.
[27] Idem.
[28] Idem.

> O *Lebensraum*[29] não é uma invenção nazista; é um impulso original, um instinto primitivo, tão velho quanto o mundo. Os povos do Ocidente conheceram o fenômeno há quinze séculos; e a Europa foi então refundida para tomar o padrão geral de distribuição dos povos que tem perdurado até os nossos dias. Quando o mundo christão emergiu da Idade Média, repetiu-se o fenômeno que encontrou solução na era das descobertas, na organização colonial que se consolidou nos séculos XVII e XIX. Mas para as ilhas do Sol Nascente, a Idade Média só terminou nos fins do século XIX. A grande tragédia do Japão deriva da fatalidade do seu isolamento até épocas recentes. Acordou demasiado tarde para a civilização. E quando acordou e começou a sentir fome de terra, já havia mais terras no mundo para repartir (COARACY, I, 1942, p.3).

Para Coaracy, então, a conquista de terras para o desenvolvimento das nações era aceitável quando liderada por grandes potências e por povos de raças consideradas superiores, ou seja, povos brancos de países do Ocidente. Já quando realizada pelo Japão, era vista como uma medida desordenada e antiquada, tendo em vista que um povo bárbaro, selvagem e racialmente inferior como os japoneses não deveria ter direito às terras já conquistadas pelas nações civilizadas.

No artigo seguinte, **A Mística Nacional**, o segundo da série, o autor se propõe a apresentar a origem psicológica que justifica o perigo japonês. Para explicar a psique dos japoneses, Vivaldo aponta ser necessário, primeiro, compreender alguns elementos da formação histórica deste povo. Os traços de ferocidade e o comportamento agressivo dos nipônicos seria justificado pela miscigenação de elementos étnicos que formaram os japoneses.[30]

A formação do nipônico seria composta de uma mistura de povos de tribos do Pacífico, como malaios, polinésios e filipinos, que dominaram as terras, praticamente extinguindo os *Ainus*, grupo étnico indígena que já habitava as ilhas que hoje formam o Japão. A miscigenação contou com a absorção de elementos dos próprios *Ainus* e também dos chineses. A história da conquista do território e a

---

[29] Conceito elaborado pelo alemão Friedrich Ratzel que propõe a criação da Antropogeografia. O termo, em sua tradução para o português, significa espaço vital. Segundo o portal *Brasil Escola*, a doutrina defendia que "toda 'raça ou povo com dotes civilizacionais superiores' precisaria de um vasto espaço físico para o seu pleno desenvolvimento. A conquista desse 'espaço vital' dependia da subjugação de 'povos ou raças inferiores', ocupantes de territórios "indignos" dele". Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-o-espaco-vital-nazista.htm. Acesso em 15 de set. de 2021.

[30] Segundo artigo da série "Perigo Japonês". Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&pesq=%22perigo%20japon%C3%AAs%22&pagfis=11649

ancestralidade do japonês é referida pelo autor como uma explicação para o comportamento predatório dos nipônicos.[31]

Após o fim do período isolacionista, no entanto, os japoneses precisaram aprender a esconder essa personalidade impulsiva e explosiva. Segundo Vivaldo, os traços de ferocidade eram acobertados por um comportamento cortês e impassível para garantir uma imagem civilizada aos nipônicos.[32]

Outro fator importante para entender o perigo japonês é a crença na origem divina da população. Vivaldo reconhece que todos os povos, no passado, atribuíam suas origens a histórias e lendas mitológicas, entretanto, com a evolução social e o desenvolvimento da civilização, os grupos se libertavam dessas superstições. Os japoneses, no entanto, mantiveram a crença na divindade de seus antepassados, o que, de acordo com Coaracy, lhes dava a falsa sensação de superioridade e privilégio.[33]

Tal crença justificava ainda o longo período isolacionista do país. O autor acreditava que o isolamento do Japão no cenário internacional era fundamentado na convicção da absoluta superioridade do povo, no desejo de evitar a contaminação da raça sagrada pelos diabos brancos do Ocidente e no sentimento de orgulho exacerbado do Japão.[34]

Mais uma vez, é possível notar a ambiguidade no discurso de Coaracy. Sobre a concepção de superioridade nipônica, o autor aponta que essa ideia não era "aquela noção comum de 'raças superiores e raças inferiores' que tem sido com frequência invocada pelos povos colonizadores" (COARACY, II, 1942, p. 5). Os japoneses separavam os súditos do Mikado, termo utilizado para se referir ao Imperador do Japão, de todos os demais habitantes da terra. Sob essa visão, seria aceitável acreditar na superioridade das potências ocidentais perante os países que eles colonizaram, contudo, a crença na origem divina do Japão e dos japoneses era sinal de atraso e a noção de povo superior era presunçosa e incorreta.[35]

---

[31] Segundo artigo da série "Perigo Japonês".
[32] Idem.
[33] Idem.
[34] Idem.
[35] Idem.

A crença na origem divina do Japão resultava ainda na mística de uma missão superior a ser desempenhada por esse povo. Segundo Coaracy, a tal missão lhes garantiria a criação de uma "nova ordem" sob o comando dos descendentes da Deusa do Sol. Esta crença seria, então, o elemento de ordem psicológica que "propulsiona o expansionismo explosivo do Japão e torna ainda mais grave o perigo que ameaça o mundo".[36]

No terceiro artigo da série, **Bushido**, Coaracy segue apresentando o abismo social, moral e psicológico que separa os japoneses dos povos do Ocidente. Segundo ele, quanto mais se penetra na mentalidade nipônica, mais se convence de que estes grupos são incapazes de se misturar. O principal ponto de divergência seria a noção de vida comum. Para o ocidental, é predominante o conceito de indivíduo, enquanto para os japoneses, é dominante a noção de raça, no coletivo. A gravidade desta constatação para Coaracy se materializa no desprezo dos nipônicos pela vida humana. Segundo o autor:

> A noção do nenhum valor do indivíduo perante a raça, a coletividade a que o culto dos antepassados associa todas as gerações anteriores a presente, conduz logicamente ao desprezo pela vida humana, tanto própria como dos outros, que é um dos característicos japoneses que mais impressiona os ocidentais. A completa ausência de respeito pela vida, que em períodos de guerra se traduz em atos de aparente heroísmo e que explica também o *hara-kiri*, a instituição do suicídio ou da mutilação para demonstrar a sinceridade, o assassinato como processo habitual da política interna, os massacres de prisioneiros após as batalhas, não deriva apenas dessa causa, aliás. É uma resultante da composição desta noção fundamental com a ferocidade ancestral e a influência do ambiente físico. O caráter japonês espelha a violência da natureza numa terra convulsa onde anualmente milhares de indivíduos perecem como resultado de catástrofes (COARACY, III, 1942, p.4).[37]

Esse conceito de coletividade do japonês trazia a noção de que cada indivíduo nipônico era uma simples célula dentro de um todo e, de acordo com o autor, essa ideia seria responsável por levar este povo a aceitar o papel que lhe cabe desempenhar na vida do grande organismo, que é a nação. Sob esta ótica, era

---

[36] Segundo artigo da série "Perigo Japonês".
[37] Terceiro artigo da série "Perigo Japonês". Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&pesq=%22perigo%20japon%C3%AAs%22&pagfis=11762

aceitável abdicar de seus desejos e vontades se as ações que os era impostas levassem à conclusão dos grandes planos do país.[38]

A influência dos samurais na formação do povo japonês é outra forma de apresentar elementos da mentalidade do nipônico que compõem a noção de ameaça imperialista representada pelo Japão. O nome do artigo, **Bushido**, faz referência ao código de honra desses guerreiros.[39]

A tradução dos princípios dos samurais para serem aplicadas à vida dos japoneses seria uma estratégia do governo para manter a submissão, lealdade e impassibilidade dos indivíduos perante suas lideranças, no caso, o Mikado.[40]

Além disso, Coaracy aponta o conceito de Bushido como um elemento integralmente fabricado para a exportação e para a criação de uma religião artificialmente criada com objetivos políticos. O fenômeno seria utilizado, na verdade, para a construção da imagem do japonês no cenário internacional.

O Bushido era, então, elemento inspirador do nacionalismo exacerbado que se traduzia em “manifestações fanáticas e no espírito agressivo que caracteriza o japonês”. Era a “expressão espiritual da reação contra o Ocidente e a civilização dos brancos”. O conceito seria responsável por consolidar a mística nacional, apresentada no artigo anterior.[41]

A ameaça imperialista volta a ser debatida no sétimo artigo da série, o **Apetite de Conquista**. Desta vez, a política imperialista é analisada sob a ótica militar. Durante a Era Meiji, o Japão se reorganizou para promover a modernização do país, com destaque para o desenvolvimento da economia nipônica, das relações comerciais com o exterior e do mercado para os produtos das novas indústrias. Mas além do progresso baseado na industrialização, o Japão também não deixou de lado a modernização das forças militares do país.

De acordo com Coaracy, o governo japonês sabia da importância de um exército forte para que a nação pudesse estar entre as grandes potências mundiais.

---

[38] Terceiro artigo da série “Perigo Japonês”
[39] Idem.
[40] Idem.
[41] Idem.

Para isso, o país desenvolveu, em marcha progressiva, a construção de uma poderosa esquadra.[42]

Para além do desenvolvimento material do exército nipônico, Vivaldo destaca a importância do espírito militar da população. Segundo o autor, o japonês era um excelente soldado devido a toda a história de formação do Japão e de seus súditos. Alguns elementos que explicam essa afirmação seriam a tradição dos samurais que fizeram parte da história japonesa, a violenta colonização das ilhas nipônicas que dizimaram os *Ainus*, o ressentimento com os "diabos brancos" por humilhações do passado e a crença na superioridade da raça japonesa. Para Coaracy, a soma destes componentes formavam o japonês resiliente, bárbaro e impetuoso.[43]

E a motivação por trás do aparelhamento das forças armadas japonesas não seria apenas a tentativa de adquirir o respeito das potências ocidentais. Acima disso estava o desejo de domínio que se traduzia na fome de terra. Segundo Coaracy:

> Quando o Japão iniciou a ocidentalização, já todas as terras do mundo suscetíveis de constituir domínios coloniais estavam divididas e repartidas, na posse dos povos do Ocidente. Entretanto, para a realização do figurino britânico que se impuzera, era imprescindível ao Japão a constituição dum império colonial. Só uma solução deparava: retalhá-lo a ponta de baioneta nos territórios dos outros povos: conquistá-lo a força de armas (COARACY, VII, 1942, p. 3).[44]

Vivaldo reafirma que a ameaça imperialista japonesa era representada pela soma das razões políticas, econômicas e místicas e que o plano de domínio mundial seria realizado ao longo dos anos, com início pela conquista do Oriente Extremo, seguido do Pacífico para, depois, dominar o resto do globo. Este apetite de conquista, no entanto, não poderia ser visto como uma expressão do espírito colonizador, atribuído às nações do Ocidente. No oitavo artigo da série, **Colonizadores e Emigrantes**, Vivaldo traz a análise da pesquisadora inglesa Freda Utley[45] sobre a política imperialista nipônica. Segundo Utley, "o Japão tenta

---

[42] Sétimo artigo da série "Perigo Japonês". Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&pesq=%22perigo%20japon%C3%AAs%22&pagfis=12135

[43] Idem.

[44] Idem.

[45] A inglesa Freda Utley foi uma pesquisadora, ativista política e autora de best-sellers. A estudiosa inglesa dedicou parte de sua vida acadêmica ao estudo das estruturas políticas e trabalhistas do

convencer o mundo de que está superpovoado e assim procura justificar as suas agressões. Na realidade, porém, as dificuldades com que se debate e a miséria de suas populações provêm de falhas econômicas e sociais que a aquisição de novos territórios só pode agravar" (COARACY, VIII, 1942, p. 4).[46]

Freda Utley também critica o expansionismo japonês, reforçando a tese de que a conquista de terras não era promovida pelo governo para resolver as questões socioeconômicas do país. A autora destaca que as forças militares não conquistaram terras para redistribuir sua população, mas sim para explorar os povos subjugados coletando impostos. Segundo ela, "a força que impulsiona o imperialismo japonês é em primeiro lugar o instinto de rapina, a ânsia de escapar aos seus insolúveis problemas internos e em segundo lugar a necessidade de encontrar matéria prima".[47]

A tal fome de matéria prima seria a base para a industrialização japonesa, uma vez que o território nipônico era muito pequeno e pobre de riquezas naturais. As guerras com países vizinhos seriam uma forma de adquirir insumos como carvão, ferro e petróleo.

Mas já que as terras dominadas não eram utilizadas para resolver os problemas da superpopulação, qual era o real objetivo do Japão com o expansionismo na Ásia? Segundo Coaracy, a verdadeira ambição do governo japonês para essas regiões era de estender sobre elas a soberania do Mikado e transformá-las em províncias longínquas do Império. Contudo, a questão do excedente populacional nas cidades era realmente um problema, para isso, a solução encontrada foi a emigração.[48]

Japão, produzindo dois livros de análise da nação e de seus súditos. Após um período de residência no país asiático, Utley publicou seu primeiro livro sobre os nipônicos em 1937, o *Pés de Barro do Japão*. A obra denunciava as condições de trabalho nas indústrias têxteis. Entre 1938 e 1939, ela publicou outros dois livros sobre o Japão, um chamado *Aposta do Japão na China* e *China em Guerra*, ambos sobre ataques militares do Japão à China nos conflitos da guerra Sino-Japonesa, de 1937 a 1945. As análises da autora sobre o Japão foram mal vistas pelo governo nipônico, tendo algumas obras proibidas de circular em território nacional. Sua visão negativa das políticas japonesas foi explorada por outros autores para reforçar a argumentação antinipônica, como é o caso de Coaracy no artigo Colonizadores e Emigrantes.

[46] Oitavo artigo da série "Perigo Japonês". Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&PagFis=12230&Pesq=%22perigo%20japon%c3%aas%22

[47] Idem.

[48] Idem.

Para o governo, a política migratória seria capaz de desempenhar dois importantes papéis: desafogar as cidades que estavam sofrendo com os diversos problemas ligados à superpopulação e dar início a penetração nas terras as quais o Japão tinha interesse para executar, no futuro, a missão divina dos japoneses.[49]

À época, os Estados Unidos eram o país com o maior número de imigrantes nipônicos, seguidos do Havaí e do Brasil. Pela análise de Vivaldo, o fascínio dos japoneses com os EUA era como um "complexo", em razão da mudança drástica causada na política externa do país após a chegada das esquadras militares americanas nos portos japoneses. Além disso, o autor cita a tentativa do governo de enviar emigrantes previamente selecionados para estudar e copiar as técnicas modernas do país americano, para, em seguida, aplicá-las à realidade japonesa com o objetivo de modernizar o país.[50]

Para explicar esta outra vertente da ameaça imperialista, que se utiliza inicialmente da imigração como prelúdio para a invasão dos países, Coaracy apresenta os imigrantes como agentes a serviço do Japão.

> Cada japonês que entrava nos Estados Unidos, ligados por laços indissolúveis a pátria que deixara do outro lado do Pacífico, na sua lealdade nunca desmentida à nação personificada no Mikado, era e é, de forma direta ou indireta, com plena conciência ou apenas por obediência instintiva aos próprios sentimentos, um agente a serviço do Japão, um membro de maior eficiência da "quinta coluna" (COARACY, VIII, 1942, p. 4).

Mesmo àqueles que não atuavam sabidamente como espiões ou informantes, a educação e a crença dos súditos do Japão na missão divina do país, lhes conferia uma obediência desmedida, que garantiria uma submissão eterna ao Mikado e à nação. Por essa razão, em especial durante a Segunda Guerra Mundial, todos os imigrantes japoneses foram colocados sob suspeição, sendo tratados como possíveis inimigos infiltrados diretamente no seio das nações rivais.[51]

Nesses artigos é possível identificar a clara tentativa de criar no imaginário da população brasileira a imagem do povo japonês como perigoso, ameaçador e

[49] Oitavo artigo da série "Perigo Japonês".
[50] Idem.
[51] Idem.

traiçoeiro. Por trás dessa investida, estava o verdadeiro objetivo do autor, de moldar a opinião pública contra a imigração nipônica para o Brasil, assim como vinha sendo feito por outros intelectuais e políticos brasileiros ao longo dos anos anteriores.

Para consolidar sua estratégia, Vivaldo precisava apresentar o imigrante japonês como um indivíduo perigoso, que causaria distúrbios econômicos e sociais onde quer que fosse recebido.

Inicialmente, essa concepção era apresentada na figura do trabalhador japonês, que é apontado como criador de pobreza e de degradação de condições de trabalho nas regiões em que se instalava. Em seguida, a ideia é atribuída a todos os imigrantes, que, de maneira generalizada, representavam uma ameaça que Coaracy apresenta como uma invasão coordenada aos países que os acolhia.

O início da Segunda Guerra Mundial aumenta ainda mais a suspeita sobre estes imigrantes, que passam a ser vistos como agentes infiltrados nas nações inimigas do Japão. Se antes a noção de ameaça já era amplamente difundida, com o conflito, a ideia ganha forças entre os mais diversos setores da sociedade.

É importante também ressaltar o caráter ambíguo de muitos dos argumentos apresentados por Coaracy nos artigos analisados. Por diversas vezes é possível identificar situações que são interpretadas de maneiras diferentes quando realizadas por povos ocidentais e pelos japoneses. No geral, o racismo antinipônico apresenta essa característica dúbia, em que algumas tradições e costumes são dignas de admiração dos povos ocidentais, como a organização e disciplina do nipônico, enquanto outras são vistas como sinais de atraso e ignorância, como a manutenção da crença na origem divina da população.

4.2. O JAPONÊS INASSIMILÁVEL

O conceito de inassimilável, atribuído aos imigrantes japoneses, representava a essência do racismo antinipônico. A ideia era composta de outros elementos que fazem parte do preconceito e da xenofobia contra os nipônicos, como a ideia do “perigo japonês”, retratada, em suma, pelo medo do diferente ou do desconhecido e

pelo ponto de vista eugenista, que pregava a noção de que os povos amarelos não tinham nada a contribuir para o melhoramento da raça brasileira.

De acordo com o dicionário, assimilável é aquilo que pode ser compreendido ou entendido. Sob a ótica da biologia, é aquilo que é facilmente incorporado pelo organismo. Sabendo destas definições, é possível dar início à compreensão do porquê do imigrante japonês ser apontado como o oposto disso.

Para compreender o sentido do adjetivo de inassimilável associado aos japoneses, a significação da palavra a ser destacada é aquela segundo a perspectiva biológica. Diversos autores utilizaram metáforas médicas e científicas para embasar o racismo antinipônico. Em seus artigos, Coaracy chega a comparar os imigrantes a um câncer que invade um sistema. O mesmo acontece com as comunidades nipônicas, às quais o autor aponta serem como insetos que devem ser exterminados de plantações.

Intelectuais da época atribuíam a justificativa de inassimilável também a outros aspectos. O adjetivo foi utilizado para expor as grandes diferenças físicas, morais e culturais, revelando ser impossível conviver e assimilar um povo tão distinto dos brasileiros. O idioma, os costumes, a alimentação, a religião e a formação psicológica de ambos os povos também era usada para explicar a dificuldade de absorver um grupo de tradições e comportamentos tão dissemelhantes.

As diferenças dos japoneses como argumento para comprovar a incapacidade destes de se assimilar à sociedade brasileira também é apresentada por Coaracy na série “Perigo Japonês”. No nono artigo, **O Imigrante**, Vivaldo dá início a sua exposição apresentando os tipos de imigrantes vindos de países ocidentais. Entre eles, há o indivíduo de espírito aventureiro que viaja em busca de novidades. Estas seriam as características dos colonizadores que conquistaram as terras das américas há alguns séculos. O outro tipo é aquele que migra em busca de melhores oportunidades. Neste caso, o imigrante sai de seu país de origem onde

não vê mais um cenário de progresso e busca países que lhe possam garantir mais benefícios. Este seria o principal modelo migratório da época.[52]

Para os povos ocidentais, a assimilação após o processo de imigração seria uma tarefa simples de realizar, uma vez que indivíduos de nações civilizadas compreendiam mais facilmente como se comportar em meio à sociedade que os recebe. Seria este o exemplo dos portugueses e italianos no Brasil. A fusão entre as culturas dos povos poderia acontecer logo com os imigrantes que chegaram ao novo território ou, no máximo, a partir da geração seguinte, que já nasce no país.[53]

O autor cita, em oposição ao cenário apresentado anteriormente, aqueles imigrantes "mais indigestos", que resistem à absorção. A motivação por trás desse impasse poderia ser o temperamento difícil ou o orgulho da raça, por exemplo. Nestes casos, se formavam os quistos, comunidades em que estes grupos de estrangeiros se reúnem para manter suas tradições vivas, mesmo distante de suas terras natais. Estas comunidades seriam, segundo Coaracy, núcleos de heterogeneidade. Os alemães que habitavam o sul do Brasil foram um exemplo, no entanto, acreditava-se que, com o passar das gerações, a assimilação acabaria acontecendo (COARACY, XIX, 1942, p. 3).[54]

Coaracy atribui a origem da inassimilação aos regimes totalitários de países como a Itália e a Alemanha. Após estes episódios, teria surgido a noção de lealdade política às pátrias que os imigrantes haviam deixado. Mesmo com esses exemplos que fazem referência a povos de civilizações ocidentais, Vivaldo destaca o caso japonês como uma situação à parte. Segundo o autor, as solas dos pés dos japoneses representavam um pedaço do Japão, o que significa que estes jamais deixariam ou esqueceriam suas raízes.[55]

Os imigrantes de raça branca, ao se deslocarem para nações ocidentais, inevitavelmente terminariam formando comunidades homogêneas, em relação a assimilação entre os grupos, uma vez que todos possuíam origens, tradições, ciclo

---

[52] Nono artigo da série "Perigo Japonês". Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&Pesq=%22perigo%20japon%c3%aas%22&pagfis=12311
[53] Idem.
[54] Idem.
[55] Idem.

evolutivo das civilizações e valores similares. Com os japoneses, o cenário não era o mesmo.[56]

Os imigrantes, em todos os países que se instalavam, formavam suas comunidades e, ali, se fechavam. Coaracy afirma que eles se segregam e se isolam em associações onde são permitidas a presença apenas dos japoneses e de seus filhos. Os chamados quistos, segundo o autor, eram a representação real e concreta da inassimilação dos nipônicos, sendo o principal assunto debatido por estudiosos de imigração por seu perigo universalmente conhecido. [57]

Parte desse perigo é justificada posteriormente no artigo. Todos esses imigrantes, singularmente selecionados pelo governo nipônico, compunham o grande plano de domínio do mundo. Estes que foram enviados nas primeiras levas para o Brasil, segundo Coaracy, sabiam que jamais retornariam para a terra do sol nascente, mesmo que este sonho continuasse sempre sendo alimentado por eles. Contudo, a noção maior da missão japonesa os fazia aceitar seus destinos, mesmo que este destino não tenha sido escolhido pelos próprios. Os primeiros grupos eram responsáveis por plantar as sementes do expansionismo, para que elas germinassem ao longo dos anos e, num futuro bem distante, pudesse resultar na conclusão do grande plano.[58]

E se não fosse a restrição imposta pela Constituição de 1934 à entrada ilimitada dos japoneses no Brasil, o grande plano ainda estaria em curso, com a possibilidade de ser concluído ainda mais rápido. Vivaldo comemora a sábia decisão do parlamento brasileiro de restringir a porcentagem de elementos alienígenas admitidos no país. O uso da expressão para se referir aos imigrantes japoneses era frequente na época, talvez por sua capacidade de exprimir, em uma única palavra, todas as diferenças e incapacidades de absorver os imigrantes japoneses.[59]

Coaracy conclui que como imigrante o japonês era e sempre seria um elemento indigesto e inassimilável. O autor resume toda a ideia em um parágrafo:

---

[56] Nono artigo da série “Perigo Japonês”.
[57] Idem.
[58] Idem.
[59] Idem.

> A impossibilidade de assimilação do elemento japonês em meio de formação ocidental é consequência lógica de tudo o que temos exposto nos artigos anteriores deste rápido estudo. Procuramos mostrar que, sob todos os aspectos, este povo é profundamente, intrinsecamente diferente e distinto dos povos que se incluem no ciclo de civilização da raça branca. Os característicos psíquicos, mentais ou emocionais; os processos que considera normais; a atuação de que tem dado exemplos fartos no curto período de seu contacto com o Ocidente; as concepções fundamentais da sua organização nacional; as diretrizes de sua civilização; as suas ambições e aspirações; tudo no japonês é antagônico e contrário aos elementos correspondentes do nosso modo de ser (COARACY, IX, 1942, p. 3).

A incapacidade de absorver estes imigrantes já era dada como certa. A solução para o problema seria se conformar com a possibilidade de, talvez, diluir esses elementos, o que, segundo o autor, só seria possível em caso de pequenos grupos de japoneses. A argumentação reforçava a tese de defesa da restrição à entrada dos imigrantes nipônicos no país.

O uso de termos como “alienígena” e a comparação dos japoneses e das comunidades nipônicas a estruturas não humanas expõe o desprezo do autor pelos imigrantes. O constante reforço da dessemelhança entre japoneses e brasileiros ao longo dos artigos da série demonstra que a dificuldade de assimilação dos imigrantes no Brasil não partia apenas deles.

É possível identificar no discurso de Coaracy que os nipônicos não eram considerados bem vindos por parte da sociedade, logo, a formação de quistos também era uma resposta à recepção que eles encontraram no Brasil.

As comunidades se tornaram mais do que locais para a manutenção da cultura e tradições nipônicas, sendo também ambientes de acolhimento e amparo para aqueles indivíduos que eram vistos na sociedade como indesejáveis, inferiores e nocivos.

4.3 A MÁSCARA OCIDENTAL

A máscara ocidental faz referência a um dos artigos escritos por Vivaldo Coaracy, para a série Perigo Japonês, de mesmo nome. Neste capítulo, serão

agrupados os textos em que o autor trata o comportamento japonês em sociedade como uma simulação da conduta civilizada dos europeus.

Para compreender este tópico, é necessário entender o uso do termo civilização por Coaracy. No geral, o autor utiliza a palavra para se referir à evolução e progresso. O termo é utilizado em sua forma positiva para se referir aos povos europeus e norte-americanos, por exemplo, fazendo menção ao desenvolvimento econômico, social, industrial, político e religioso dessas nações.

Já os japoneses são apresentados como atrasados, bárbaros e selvagens, mas também gananciosos. O último adjetivo em questão é utilizado para explicar o porquê da máscara ocidental.

Segundo Coaracy, a abertura tardia do Japão para o mundo provocou um atraso na modernização e industrialização da nação e, por isso, o país precisou se apressar para tentar se equiparar às potências ocidentais após o fim do período isolacionista. A solução encontrada pelo Japão foi o envio de seus súditos para países desenvolvidos com o objetivo de aprender técnicas e habilidades diversas para, posteriormente, retornar à nação com o conhecimento adquirido.

Para viver nestes países, no entanto, o nipônico precisa simular uma assimilação, fingindo aderir aos costumes locais e respeitar as tradições do país que os recebia, segundo Vivaldo. No quarto artigo da série, que deu nome a este capítulo, **A Máscara Ocidental**, Coaracy apresenta uma breve contextualização da história do Japão, com o intuito de explicar o atraso do país perante às civilizações ocidentais, o comportamento ardiloso dos japoneses e a verdadeira intenção do governo com a emigração.

A retrospectiva histórica de Vivaldo retorna até a era Tokugawa, período em que a política isolacionista do Japão esteve vigente. O autor relembra que a organização econômica e social do país era baseada no feudalismo, com grandes propriedades de terra comandadas pelos *daimios* que “gozavam de prerrogativas que não estavam longe da soberania” (COARACY, IV, 1942, p. 3).[60]

[60] Quarto artigo da série “Perigo Japonês”. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&pesq=%22perigo%20japon%C3%AAs%22&pagfis=11845

De acordo com Vivaldo, junto a eles, também faziam parte da nobreza japonesa os samurais, guerreiros subordinados aos *daimios* (responsáveis pela proteção e defesa dos grandes feudos), os *ronins* (samurais que já não serviam mais a senhores), e os *bushis* (guerreiros "independentes" que podiam prestar serviços a diferentes mestres, à depender da situação).[61]

A explicação por trás da necessidade dos guerreiros japoneses era, segundo Coaracy, os constantes confrontos entre tribos, cada uma comandada por seu *daimio*, uma vez que o poder desses senhores era medido "pela extensão de suas terras e pelo número de guerreiros que podiam pôr em campo" .[62]

O povo japonês se encontrava "por baixo dessa casta privilegiada", vivendo em meio a miséria e às longas horas de trabalho duro "para sustentar a aristocracia".[63]

Acima de todos estes estavam os *shoguns*[64] e o Mikado. O autor explica que os *shoguns* possuíam a patente militar de generalíssimo e, além disso, exerciam " a autoridade temporal no país" e dispunham "do tesouro e das forças militares". Estes líderes, no entanto, eram "simples mandatários". O verdadeiro chefe era o Mikado, "de origem divina, e descendente direto de Amateraçu[65], a Deusa do Sol, que era o soberano legítimo".[66]

Após uma breve explicação sobre o *xogunato*, Vivaldo adentra no período de abertura do Japão para o exterior, com destaque para a chegada da esquadra de Matthew Perry, militar da Marinha norte-americana, à baía de Tóquio em 1853. O episódio marca o início da ruptura da política isolacionista japonesa.

Segundo Vivaldo, os *shoguns* não resistiram às negociações com os americanos pela abertura dos portos japoneses pois, mesmo isolados, reconheciam

---

[61] Quarto artigo da série "Perigo Japonês".
[62] Idem.
[63] Idem.
[64] A palavra foi grafada anteriormente no texto como "*xoguns*", a grafia com o "x" ao invés do "sh" é mais utilizada na literatura atual. O autor Vivaldo Coaracy, em 1942, utilizava-se das palavras "*shogun*" e "shogunato". Quando citado por Coaracy, o presente projeto empregará a grafia usada pelo autor. Independente da escrita, as palavras se referem ao mesmo objeto.
[65] A palavra também possui grafia diferente daquela exposta anteriormente no estudo. Quando citada por Coaracy, o nome da Deusa do Sol será grafado com "ç" ao invés de "s", assim como está disposto nos artigos do autor. Independente da escrita, as palavras se referem ao mesmo objeto.
[66] Quarto artigo da série "Perigo Japonês".

a “força material dos brancos, dos seus meios de ação e sabiam que seria inútil a resistência”.[67]

O período seguinte na história do Japão tem início em 1868, com a instauração da Era Meiji. Apesar da resistência de parte da nobreza japonesa que desejava o retorno à estrutura isolacionista, os líderes do país apoiaram a política de abertura ao Ocidente. Vivaldo afirma que a decisão foi tomada a partir do interesse nas tecnologias daqueles que ele chama de “diabos brancos”, em referência aos povos ocidentais, segundo o que seria a visão dos nipônicos.

> Para poder resistir-lhes, era preciso copiar-lhes os processos, aprender com eles a usar dos mesmos recursos. Não fosse tomada esta resolução extrema e o Império dos descendentes da Deusa do Sol seria, em breve, reduzida à situação de colônia ou semi-colônia em que já se achavam outros povos da Ásia. O orgulho da raça que supõe privilegiada e única, reservada para excelsos destinos, rebelava-se ante a perspectiva deprimente. Só os brancos sabiam resistir aos brancos. E o Japão, resolutamente, dispôs-se a colocar sobre o rosto amarelo e enigmático a máscara de civilização ocidental (COARACY, IV, 1942, p. 3).

Para a reorganização do Japão após o fim do feudalismo e o início de um novo modelo político e social, Coaracy aponta que o país vestiu um figurino ocidental, contratando professores europeus para as escolas e copiando instituições dos brancos. Além disso, hordas de imigrantes “cuidadosamente selecionados pelas suas excepcionais qualidades de inteligência” foram enviados para a Europa e para os Estados Unidos para aprender “os segredos da civilização do Ocidente” e, retornar posteriormente para implantar no Japão as técnicas assimiladas.[68]

O autor afirma que faltava no espírito japonês a “aptidão criadora”, restando ao povo apenas a capacidade de copiar as estratégias, os modos e as habilidades de outros povos. No entanto, Coaracy afirma que os nipônicos eram mais do que apenas “copistas”, eles eram também “tradutores”. O conhecimento adquirido no Ocidente era ajustado e adaptado aos interesses e objetivos da nação.[69]

A cópia das civilizações ocidentais, chamada por Coaracy de “ocidentalização”, também foi vista no campo político, com a promulgação de uma

[67] Quarto artigo da série “Perigo Japonês”.
[68] Idem.
[69] Idem.

Constituição em 1889, aos moldes da carta magna da Prússia, “pois são os allemães o povo da Europa com o qual os japoneses tem mais marcada afinidades” e na questão religiosa, com a adoção do cristiano por alguns nipônicos.[70]

Na conclusão do artigo, Coaracy afirma que, ao final da Era Meiji, a máscara ocidental já estava “afivelada à face nacional do Japão”, podendo algumas vezes ser até confundida com uma verdadeira adesão aos costumes ocidentais, no entanto, para ele, era necessário ver por trás dessa máscara para identificar a verdadeira intenção dos japoneses. O capítulo seguinte, o quinto da série, leva o nome de **Por Trás da Máscara**. Nele, o autor apresenta argumentos que tentam convencer o leitor de que a alma e o espírito japonês jamais deixariam de seguir os preceitos nipônicos, independente do quão ocidental eles pudessem parecer no exterior.[71]

> Funcionários do governo e das grandes companhias, empregados dos bancos e das casas comerciais, professores, advogados, corretores, homens da rua e dos escritórios em Tokyo, em Kobe, em Yokohama, em Osaka, como em todas as cidades do Japão, vestem-se à europeia, de acordo com os impecáveis e mais modernos figurinos de Londres. Findo, porém, o dia de trabalho, recolhendo-se à intimidade do lar, despem o traje ocidental para enroupar-se das dobras amplas do *kimono*. E o mesmo fazem ainda quando residem no exterior (COARACY, V, 1942, p. 5).[72]

É assim que Vivaldo começa o artigo **Por Trás da Máscara**. A constatação tem o objetivo de demonstrar que, mesmo com a máscara ocidental afivelada aos rostos dos nipônicos - residentes no Japão ou no exterior - a natureza dos súditos japoneses segue imutável. Mesmo simulando o comportamento europeu para garantir-lhes as prerrogativas e privilégios das sociedades ocidentais, este povo jamais seria capaz de assimilar, verdadeiramente, a civilização do Ocidente, sendo incapaz de transformar seu temperamento, caráter e mentalidade.

Por trás da máscara ocidental, o caráter nacional do japonês não se modificava. Coaracy afirma que, dentro de uma geração, não seria possível mudar

---

[70] Quarto artigo da série “Perigo Japonês”.
[71] Idem.
[72] Quinto artigo da série “Perigo Japonês”. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&Pesq=%22perigo%20japon%c3%aas%22&pagfis=11941

sentimentos, crenças, convicções e traços estabelecidos durante séculos de isolamento. O contato com as civilizações e com o mundo ocidental não teria sido capaz de extinguir “o orgulho da raça, a crença na superioridade conferida por uma origem divina, a fé na missão a que estava reservada, a ferocidade primitiva, a dissimulação [...], o fanatismo pela pátria e pelo Mikado, a submissão à hierarquia das castas” e a noção de que as práticas do Oriente são superiores às do Ocidente. [73]

Por mais que o Japão tivesse inserido em sua cultura os meios de produção do Ocidente e até adaptado alguns hábitos e costumes após a abertura de suas fronteiras para o exterior, Vivaldo acreditava que a assimilação genuína desse povo jamais aconteceria. O espírito bárbaro e a moral dúbia se mantinha escondida atrás da “impassibilidade sorridente dos homenzinhos mesureiros”.[74]

Mas porquê um povo tão orgulhoso de suas origens se esforçaria tanto para se parecer com outros grupos que os próprios nipônicos consideram inferiores? Vivaldo aponta que este seria o único caminho para que a nação japonesa pudesse alcançar o objetivo de se inserir entre as grandes potências mundiais e competir de igual para igual com os brancos.

No sexto artigo da série, **O Figurino Britânico**[75], Coaracy destaca a industrialização do Japão após a estratégia copista dos nipônicos. A máscara ocidental foi vestida durante a Era Meiji com o objetivo de promover o progresso econômico e social do país a partir da revolução industrial japonesa.

A saída tardia do sistema feudal teria provocado um grande atraso na modernização do Japão. Segundo Vivaldo, antes da ocidentalização do país, os processos eram antiquados e obsoletos, com uma indústria ainda “manual, doméstica, vagarosa e destinada a satisfazer parcialmente as necessidades da população” (COARACY, VI, 1942, p. 5).[76]

---

[73] Quinto artigo da série “Perigo Japonês”.
[74] Idem.
[75] Sexto artigo da série “Perigo Japonês”. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&pesq=%22perigo%20japon%C3%AAs%22&pagfis=12041 (a digitalização desta página do Jornal do Commercio está com falhas em toda a parte inferior da lauda, o que prejudicou a leitura e, consequentemente, a análise integral do texto).
[76] Idem.

Para se equiparar às civilizações ocidentais, já industrializadas e desenvolvidas economicamente, o país utiliza a Inglaterra como modelo. Para alcançar esse objetivo, o Japão embasou sua política, durante a Era Meiji, em três diretrizes: a industrialização de sua economia, o desenvolvimento de seu comércio exterior, a ambição pela conquista de colônias e a construção de uma frota que rivalizasse com as potências mundiais.

Na prática, no entanto, Coaracy apontava que o país não era capaz de se tornar uma potência à nível do Ocidente, uma vez que a sociedade ainda possui traços medievais, com pequenas mudanças de um feudalismo militar para o feudalismo industrial, com *daimios* se tornando senhores das usinas, empresas de navegação, bancos e companhias de colonização, enquanto os operários eram tratados como servos e vassalos da sociedade.[77]

Nos artigos em questão é possível notar, mais uma vez, a exaltação do Ocidente em detrimento do Oriente. Mesmo com a rápida modernização do Japão, que saiu tardiamente do modelo isolacionista com estrutura feudal, o país oriental não tinha seu progresso reconhecido, sendo visto como uma sociedade incapaz de criar seu desenvolvimento, sendo apontada pelo autor como um povo copista, capaz apenas de traduzir o que era aprendido nos países ocidentais e civilizados, para, em seguida, adaptar à realidade nipônica.

Nestes textos, Coaracy apresenta a manutenção da cultura japonesa como um impeditivo para o verdadeiro progresso dos indivíduos, em especial os imigrantes. Para ele, era necessário que estes abandonassem grande parte de suas tradições e costumes, que os transformava em um povo atrasado e bárbaro, para aprender a verdadeira civilização dos países ocidentais.

É possível identificar uma relação com o tópico anterior, no qual Coaracy atribui ao nipônico a incapacidade de se integrar. Àqueles que decidem manter sua ligação com o Japão, resta apenas simular essa assimilação para conviver em sociedade. Além disso, a ideia também menospreza o japonês como povo e como indivíduo, referenciando-os como inferiores, no ponto de vista cultural, social, político e racial, como será apresentado no tópico seguinte.

[77] Sexto artigo da série “Perigo Japonês”.

4.4. A TEORIA EUGENISTA

A questão eugenista começou a ser discutida no Brasil no início do século XX. A teoria define ser possível identificar fatores genéticos que tornam raças superiores ou inferiores umas às outras. Além disso, estudiosos da área acreditavam na possibilidade de melhorar geneticamente uma população a partir da reprodução dos membros considerados superiores. Segundo a tese, o melhoramento seria não apenas no campo da biologia, mas também nas áreas sociais, culturais e psicológicas. A crença era de que determinados grupos estavam fadados ao fracasso exclusivamente por suas origens[78].

O conceito, importado da Europa, sofreu alterações para se adaptar à realidade brasileira. À época, a população era composta por uma grande mistura de raças - com os indígenas que já estavam no território antes do chamado "descobrimento do Brasil", com os negros trazidos para o trabalho escravo nas lavouras brasileiras e com os europeus colonizadores do país - e, por isso, a miscigenação se tornou o caminho para o aperfeiçoamento e desenvolvimento da raça brasileira[79].

---

[78] É importante destacar os diferentes efeitos do discurso eugenista para pessoas negras e amarelas. Com uma herança do período colonial e do regime escravista no Brasil, os negros sofreram em maior grau os efeitos da busca pelo branqueamento da sociedade brasileira. Intelectuais da época, como o médico e sanitarista Renato Kehl, defendiam a higiene racial pela segregação dos ex-escravos na sociedade, a fim de excluir o gene até ser possível extingui-lo. Aos africanos e seus descendentes foram atribuídas a culpa por doenças epidemias e pelo aumento da criminalidade nas cidades. Durante a discussão da Constituinte, parlamentares defenderam a inclusão da educação eugênica nas escolas, para desencorajar os jovens a se relacionar com aqueles considerados racialmente inferiores. A medida, que chegou a ser incluída na Constituição de 1934, no artigo 138, apoiava a exclusão social e a segregação racial para impedir as reproduções indesejáveis. Renato Kehl, que é considerado o pai da eugenia brasileira, defendia, inclusive, a esterilização de pessoas negras para impedir sua reprodução. O tratamento aos ex-escravos e a reprodução de conceitos eugenistas no país tiveram impactos que são sentidos até hoje. O racismo estrutural presente no Brasil é consequência da inação do governo e das diversas falhas que a legislação brasileira cometeu (e ainda segue cometendo) desde a Lei Áurea.

[79] A ideia foi defendida por diversos intelectuais, políticos e parlamentares da época. O estudo destaca o pensamento do médico João Batista de Lacerda, que foi um grande nome da eugenia no Brasil, sendo um importante defensor da tese do branqueamento racial. Autor da obra *Sur les métis au Brésil* (*Sobre os mestiços do Brasil*), publicada em 1911, Lacerda defendia a miscigenação como um caminho para o melhoramento da raça brasileira. Segundo ele, o "sangue branco" seria capaz de diluir o "sangue negro" ao longo das gerações. Além disso, o médico acreditava que, com o processo de miscigenação, seria possível extinguir os negros e mestiços da sociedade brasileira no espaço de um século.

O movimento eugênico no país teve grande destaque e foi amplamente aceito, especialmente entre as elites, ganhando um status de tese científica no período. A eugenia foi vista pelos seus apoiadores como um símbolo de progresso, que garantiria a evolução gradual da população brasileira até a branquitude completa, o que representaria a supressão de qualquer indício de raças inferiores.

É possível notar que a noção de eugenia no Brasil foi adotada aos moldes da realidade do país, o que será referido neste estudo como “eugenia à brasileira”. Para entender o conceito, é preciso, primeiro, compreender a teoria eugenista em sua origem, na Europa.

Em 1880, o pesquisador inglês Francis Galton, primo de Charles Darwin[80] decidiu aplicar alguns conceitos da teoria da seleção natural na população. Para ele, era possível criar uma sociedade perfeita a partir do incentivo à reprodução entre membros considerados ideais, em detrimento à reprodução dos “indesejáveis”. Galton acreditava que a solução para problemas como a pobreza, doenças e vícios poderiam ser resolvidos com a eugenia.[81]

A reprodução entre os membros econômica, social e fisicamente mais evoluídos conceberia gerações cada vez mais próximas da sociedade perfeita, experiência a qual Galton se referia como “boa linhagem”. Para isso, grupos e etnias com características indesejáveis eram excluídos, com o objetivo de que, com o passar dos anos, fossem “extintos” da sociedade os negros, amarelos, semitas, indígenas e ciganos, por exemplo.[82]

Logo, aquilo que aqui chamamos de “eugenia à brasileira”, se refere ao processo em que o país precisava do imigrante europeu para promover o melhoramento da raça local. Diferente do que pregava a teoria “original”, a eugenia no Brasil precisava da miscigenação entre indivíduos de raças superiores com

---

[80] Charles Darwin foi um importante pesquisador, autor da obra *A Origem das Espécies* (1859), em que apresentou conceitos inéditos sobre a evolução das espécies. Sua teoria da seleção natural refutou conceitos como o Criacionismo, pregado pela igreja para explicar a origem da vida. Segundo Darwin, algumas espécies possuem características que as colocam em vantagem em relação a outras e, de acordo com a seleção natural, os seres vivos que não possuíssem tais características podiam ser extintos com o passar dos anos. Darwin também apontava que tais qualidades poderiam ser passadas aos seus descendentes pela reprodução.

[81] Disponível em: https://super.abril.com.br/especiais/racismo-disfarcado-de-ciencia-como-foi-a-eugenia-no-brasil/. Acesso em 3 de set. 2021.

[82] Idem.

outros de raças consideradas inferiores para, assim, suprimir, com o passar dos anos, os genes indesejáveis dos negros e índios, por exemplo. Com essa miscigenação, seria possível tornar a população mais branca a cada geração.

Foi em razão desta ambição por uma população cada vez mais branca que os japoneses passaram a ser vistos como indesejáveis pelos brasileiros à luz do plano eugênico. No décimo artigo da série “Perigo Japonês”, chamado **Conciência do Perigo**, Vivaldo Coaracy afirma, em relação à introdução e aceitação dos japoneses na sociedade brasileira: “já nos basta a tarefa que estamos desempenhando de absorver e diluir o elemento índio e o elemento africano introduzido na nacionalidade, para querermos adicionar a essa dieta eugênica uma parcela altamente indigesta” (COARACY, X, 1992, p. 3).[83]

A eugenia não é um assunto abordado por Coaracy em muitos artigos do "Perigo Japonês”, no entanto, a sua importância no embasamento do racismo antinipônico é tão grande que é necessário dedicar um capítulo para o tema.

No décimo artigo, Vivaldo menciona que a temática não foi explorada nos textos anteriores por já estar sendo discutida “exaustivamente” na sociedade por “autoridades na matéria como Arthur Neiva, Pacheco e Silva, Xavier de Oliveira, Monteiro de Barros, entre outros”. No entanto, Coaracy não deixa de apontar sua posição contrária à “penetração nipônica” para os planos de “homogeneidade étnica" desejado para a sociedade brasileira.[84]

A crença nas bases científicas da teoria eugênica servem de argumentação para que Vivaldo aponte que “a própria biologia nos afirma que o cruzamento entre representantes de estirpes muito afastadas e distintas é desaconselhável porque conduz a mofinos especimens” e que “raros são os exemplos esporádicos de cruzamentos cujos produtos estão longe de constituir exemplares eugênicos satisfatórios”.[85]

Para o autor, o momento era um divisor de águas para a sociedade brasileira, em que seria decidido o futuro do Brasil. A presença elevada e a entrada

---

[83] Décimo artigo da série “Perigo Japonês”. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&pesq=%22perigo%20japon%C3%AAs%22&pagfis=12395.
[84] Idem.
[85] Idem.

desregulada de novos imigrantes poderia ser a razão do fracasso do país como nação. A decisão a ser tomada definiria se o território seria “habitado por um povo branco ou por um povo amarelo”.[86]

Coaracy cita as demandas dos fazendeiros por mão de obra nas lavouras, mas pondera que, para o benefício do país, era necessário pensar a longo prazo, impedindo a entrada de novos imigrantes nipônicos e regulamentando a presença dos que já estavam no país.

Para as comunidades que haviam ingressado no Brasil desde 1908 e que continuavam aqui, Vivaldo aponta como solução o desmantelamento dos quistos nipônicos e a assimilação dos grupos.

A explicação de como realizar este plano é apresentada no artigo 11, a **Conclusão**. Como primeiro passo, Coaracy afirma que seria necessário impor o “esmagamento do orgulho nacional japonês, a destruição da mística da raça sagrada a quem o destino reserva o domínio do mundo. E com a mentalidade japonesa, isso só seria conseguido mediante uma série de derrotas militares severas e implacavelmente infligidas às forças do Império do Sol Nascente” (COARACY, XI, 1942, p. 5).[87]

Segundo Vivaldo, o Japão teria chegado onde chegou devido à "imperdoável complacência” em que os povos brancos assistiram às conquistas bélicas do país desde 1895. A transformação da nação em um potência na era Meiji teria dado aos nipônicos mais confiança no plano divino de que este povo estava destinado a viver.[88]

Por diversas vezes, Coaracy cita em seus artigos o tal plano de dominação mundial ao qual os japoneses estavam trabalhando para concluir. Segundo ele, o nacionalismo e a crença na divindade dos antepassados justificaria a insolência e arrogância deste povo que acreditava estar atuando em razão de um plano maior que o próprio indivíduo, o que justificaria o sentimento de coletividade característico dos japoneses.

---

[86] Décimo artigo da série “Perigo Japonês”.
[87] Décimo primeiro artigo da série “Perigo Japonês”. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&pesq=%22perigo%20japon%C3%AAs%22&pagfis=12479
[88] Idem.

Assim como em artigos anteriores, é possível notar a xenofobia travestida de exaltação das civilizações ocidentais. No artigo de conclusão Coaracy declara que "só a humilhação inexorável e impiedosa conseguirá, talvez, abrir o caminho para que o povo japonês possa, num dia ainda remoto, ser incluído entre os colaboradores eficazes da civilização, no sentido amplo e generoso por que a concebem os povos do Ocidente, inspirados pelos princípios da moral Christã".[89]

Mais uma vez, é possível notar o apontamento de raças superiores, desta vez, pela ótica da religião. Coaracy apresenta o cristianismo como um dos fatores que posicionam os europeus, por exemplo, como civilizados, enquanto os japoneses, que recusaram a religião cristã, são representados como bárbaros e primitivos. A crença na divindade do imperador é apontada pelo autor como um atraso da população, que seria uma das únicas em todo o mundo que ainda acreditava em origens divinas.

No último artigo, Coaracy aproveita o contexto de guerra mundial para anunciar o momento como ideal para implementar a proibição da entrada de novos imigrantes "nocivos" e "perigosos", reforçando a noção de povo indesejável e de raça incivilizada.

> A ninguém hoje é mais permitido desconhecer que a introdução de elementos japoneses em nossa nacionalidade é prejudicial e perigosa. São, sob todos os aspectos, indesejáveis. Fechemos-lhes as portas da terra cujo futuro só nós temos o direito de plasmar. Esta é a oportunidade de definirmos quais os elementos de nossa escolha e confiança que admitiremos a colaborar conosco (COARACY, XI, 1942, p. 5).[90]

Aos que aqui já estavam, Coaracy reforça a necessidade de destruição dos quistos. "Para esses, a solução é intuitiva: destruir-lhes os núcleos de segregação, como quem na sua horta destroe uma casa de marimbondos, disseminá-los, distribuí-los, espargidos, pela vastidão do território".[91]

Apesar de ser um dos temas centrais quando se trata do racismo antinipônico, a eugenia foi apresentada por Coaracy apenas nos últimos dois artigos

[89] Décimo primeiro artigo da série "Perigo Japonês".
[90] Idem.
[91] Idem.

da série. A explicação dada pelo autor era de que o assunto já vinha sendo amplamente discutido na sociedade pelo que ele chama de autoridades na matéria.

No entanto, mesmo que breve, é possível notar a importância do conceito para Vivaldo, que reafirma diversas vezes, ao longo de todos os artigos do "Perigo Japonês", a inferioridade dos nipônicos, em especial quando comparados aos povos dos países ocidentais civilizados.

O conceito eugenista é utilizado pelo autor como mais um argumento para reforçar sua defesa pela restrição da imigração nipônica para o Brasil, expondo à sociedade os perigos da degeneração da raça brasileira se miscigenada com um povo inferior.

O racismo de Coaracy é explicitamente apresentado quando o autor declara que a sociedade brasileira já empenhava o duro papel de assimilar negros e indigenas em seu *melting pot*[92], sendo incoerente acrescentar a este caldeirão mais uma raça inferior que apenas atrasaria o processo de branqueamento da população.

O Brasil é, então, visto como uma sociedade ainda em desenvolvimento, que precisa do branqueamento gradual de sua população para, enfim, atingir o progresso de grandes civilizações européias e norte-americanas.

Ironicamente, nos textos da série, Coaracy aponta no Japão e nos japoneses características que eram possíveis identificar no próprio Brasil e nos brasileiros, no entanto, essas semelhanças eram ignoradas pelos autor quando o mesmo apontava-as como sinônimo de atraso, incivilidade e falta de cultura.

É o caso, por exemplo, do processo de industrialização. A história aponta a industrialização brasileira como tardia, tendo início somente no século XX. Quando comparado com o processo europeu, o Brasil começou sua modernização com 200 anos de atraso. O próprio Japão experienciou o processo antes, com início na Era Meiji, no século XIX.

---

[92] O conceito surgiu no século XVIII, nos Estados Unidos e se popularizou em 1908 com a peça "*The Melting Pot*". Ao pé da letra, *melting pot* significa "caldeirão". No sentido conotativo, o termo é uma metáfora que se refere a um caldeirão de raças, que seria uma sociedade heterogênea, com indivíduos de diversas origens, costumes, tradições e etnias. Com o passar do tempo, a ideia era que a sociedade se tornasse cada vez mais homogênea ao "derreter" as diversas raças dentro do caldeirão, até tornar a população em um grande grupo de cultura comum. Este "derretimento" seria alcançado através da assimilação dos povos.

O mesmo pode ser visto no apontamento da inferioridade dos japoneses. Apesar de Vivaldo frequentemente abordar a superioridade dos povos ocidentais, o brasileiro também não era visto no exterior como uma raça superior, especialmente devido a grande presença de negros e indigenas na sociedade.

Nas considerações em que Vivaldo apresentava elementos sobre o Japão, aos quais ele julga negativos, o autor aparenta colocar o Brasil em um patamar de superioridade em relação ao país oriental, assemelhando-se ao status americano, por exemplo, provando mais uma vez que o conceito do racismo antinipônico foi importado do exterior e adaptado à realidade brasileira.

CONCLUSÃO

Analisando os artigos publicados no *Jornal do Commercio*, em 1942, por Vivaldo Coaracy, foi possível identificar os diversos elementos formadores do racismo antinipônico brasileiro e a influência do material na campanha anti-imigração no país. O estudo constatou que o pensamento disseminado na época valeu-se de fatores do antiniponismo americano e de conceitos importados da Europa. Além disso, a análise também identificou a ambiguidade na campanha antinipônica presente nos artigos da série “Perigo Japonês”, que apresentam, em posição de confronto ou de hierarquia, as ideias e valores ocidentais e orientais.

Cabe destacar que a análise dos escritos de Coaracy carece de um recorte histórico que leve em consideração o contexto político e social da época, período em que a eugenia era aceita como uma teoria científica e que as questões de segurança nacional eram tratadas como prioridade por diversos governos, no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Atualmente, com as novas perspectivas acerca de questões raciais, entende-se que a argumentação apresentada por Coaracy, e por outros autores da época, possuem elementos racistas e xenofóbicos em seus discursos, não cabendo em um contexto atual.

Com isso, é necessário adotar um olhar histórico para analisar o material, no entanto, sem ignorar as mudanças nos pensamentos ocorridas nas últimas décadas. É possível compreender que os apontamentos feitos por Coaracy foram expressos em um momento em que era aceitável publicar tais declarações em um periódico de grande circulação, contudo, é importante apontar as incorreções no discurso para que tais fatos não se repitam com imigrantes de quaisquer nacionalidades. Revisitar a história nos permite reavaliar nossos erros como sociedade para não voltar a cometê-los no presente.

Além disso, é importante destacar o papel da mídia como formadora de opinião. Além de informar, a imprensa é também responsável por pautar assuntos na sociedade e influenciar os espectadores. Neste caso, os veículos de

comunicação da época, como o *Jornal do Commercio*, exerceram papel substancial na campanha anti-imigração, criando no imaginário popular a figura do nipônico perigoso, ameaçador, selvagem e inassimilável.

Neste contexto, cabe destacar que a veiculação frequente de artigos de opinião com teor antinipônico e reportagens contrárias à presença dos japoneses em território nacional provocavam na sociedade o sentimento de rejeição ao imigrante e seus descendentes. Eram repercutidas nas páginas dos jornais as diversas audiências no Congresso com pautas anti-imigração, que discutiam especificamente artigos relativos a proibição da entrada de japoneses no Brasil, além de textos de intelectuais da época que se dedicavam a defesa do branqueamento da população, com a rejeição dos genes amarelos na composição racial do povo brasileiro.

A respeito da contribuição dos artigos de Coaracy para a disseminação do sentimento antinipônico na sociedade brasileira, vale ressaltar o principal objetivo do autor ao escrever a série “Perigo Japonês”: alertar a população para os perigos econômico, social e político que a imigração japonesa representava para o Brasil.

No âmbito econômico, Vivaldo utilizou-se da argumentação relacionada ao trabalho e ao salário para convencer os leitores de que a mão de obra nipônica era formadora de pobreza nos locais que os recebiam. A presença do trabalhador japonês representaria uma ameaça à estabilidade laboral e financeira dos brasileiros, uma vez que, segundo Coaracy, o imigrante se submetia a pagamentos ínfimos pelo trabalho prestado e não reivindicava direitos trabalhistas que se aplicavam aos brasileiros.

Já a questão social era abordada pelo autor sob a ótica do progresso da sociedade brasileira. Para ele, a presença do imigrante japonês no *melting pot* brasileiro provocaria a degeneração de uma raça ainda em construção. Além de serem considerados uma raça inferior, a dificuldade de assimilação dos nipônicos no país também era apontada por Coaracy como um problema de cunho social, haja vista a estranheza física e moral daqueles aos quais ele se referia como “alienígenas”.

No campo político, o convencimento da população pela campanha anti-imigração se deu sob o prisma da segurança nacional. A ameaça imperialista,

destacada por Vivaldo como o principal argumento político, se baseava na crença de que os japoneses cumpririam a missão divina a qual este povo estava predestinado a liderar o mundo a partir da construção de uma “nova ordem”. Os primeiros imigrantes eram apontados pelo autor como responsáveis por abrir o caminho para a invasão sorrateira dos territórios a serem conquistados no futuro.

A divulgação dos artigos sobre a ameaça imperialista representada pelo Japão e a criação da figura do imigrante japonês como agente infiltrado a serviço do Império do Sol Nascente, reforçaram na sociedade o temor e a apreensão quanto à presença dos japoneses no Brasil.

Além disso, a representação dos nipônicos como “alienígenas” incapazes de se assimilar à sociedade brasileira e a defesa da teoria de que o imigrante seria causador da degeneração e contaminação da raça brasileira, resultaram na construção de um sentimento de rejeição aos imigrantes e seus descendentes.

Os artigos de Coaracy cumpriram seu objetivo de alertar a população e as autoridades para os diversos riscos que a presença dos japoneses representava para o Brasil como nação e sociedade, sendo um importante material para a campanha anti-imigração brasileira.

Os textos da série “Perigo Japonês”, somados ao contexto histórico do Brasil recém saído de um regime nacionalista e imerso em um cenário de guerra mundial com ambas as nações em lados opostos, reforçaram o propósito do autor de definir os japoneses perante à sociedade brasileira como indesejáveis.

Com a análise dos 11 artigos, conclui-se que, a disseminação do pensamento antinipônico causou um grande impacto nas comunidades japonesas, com efeitos duradouros. As consequências desta perseguição causaram a exclusão dos imigrantes e, consequentemente, a resistência destes à integração na sociedade brasileira, reforçando nas comunidades o desejo de manter-se isoladas e nos imigrantes o anseio pelo retorno ao seu país de origem.

Apesar de Coaracy afirmar que os quistos eram formados pela incapacidade de assimilação dos nipônicos, o isolamento da população japonesa foi, também, uma reação ao tratamento recebido por estes imigrantes e seus descendentes dentro da sociedade.

Em resposta, foram criadas comunidades organizadas e independentes, locais em que foram mantidas a cultura e a tradição nipônica, com a criação de escolas e a veiculação de jornais e livros em japonês. Além disso, as comunidades mantinham ao máximo sua auto-suficiência comercial e alimentícia, reforçando a autonomia destes grupos em relação à sociedade brasileira.

Se no passado o Japão, os japoneses e suas comunidades foram vistos como sinônimo de atraso, incivilidade e inferioridade, hoje, são tidos como referência em tecnologia, inteligência e modernização, sendo considerados um modelo de cultura a ser seguido.

É notável que grande parte dos elementos do racismo antinipônico vigentes no século passado não são mais observados atualmente. No entanto, o caminho para o fim do preconceito racial ainda é longo. Aos nipônicos foram atribuídos novos estereótipos que, mais uma vez, os limitam como povo e nação. No presente, passou a ser conferido aos japoneses a condição de minoria modelo.

O rótulo, que hoje não associa mais aos nipônicos adjetivos como “inferiores”, “hostis” e “antiquados”, esconde por trás de elogios estigmas racistas que impõem aos orientais uma imagem uniforme, seja pela noção de que “todos os asiáticos são iguais” ou pela definição de que “todos os japoneses são inteligentes”. Tais estereótipos ligados ao conceito de minoria modelo reduzem o indivíduo a um grande grupo homogêneo e sem identidade particular.

REFERÊNCIAS

ALVES, Laura. A mídia como agente operador do Direito. **Revista FIDES**, v. 2, n. 1, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977

CABRAL, Andre da Costa. **Escritores brasileiros na correspondência passiva do crítico literário Plínio Barreto**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua. Imigrantes indesejáveis: a visão da eugenia no processo de restrição à imigração no Brasil. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 6., 2003. **Anais eletrônicos**. Disponível em: http://www.cih.uem.br/anais/2013/index.php?l=trabalhos&id=221. Acesso em: 09 de ago de 2021.

COARACY, Vivaldo. **A Sala da Capela**. Rio de Janeiro. Editora José Olympio, 1933.

COARACY, Vivaldo. **Couves da Minha Horta**. Rio de Janeiro. Editora José Olympio. 1949.

COARACY, Vivaldo. **Memórias da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Editora José Olympio. 1882.

COARACY, Vivaldo. **O Caso de São Paulo**. Rio de Janeiro. Editora Irmãos Ferraz. 1931.

COARACY, Vivaldo. **Perigo Japonês**. Rio de Janeiro. Editora José Olympio. 1942.

COARACY, Vivaldo. **Todos Contam Sua Vida: memórias de infância e adolescência**. Rio de Janeiro. Editora José Olympio, 1959.

Comissão de elaboração da história dos 80 anos da imigração japonesa no Brasil. **Uma epopéia moderna - 80 anos de imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

DAIGO, Massao. **Pequena História da Imigração Japonesa no Brasil**. São Paulo: Gráfica Paulos, 2008

DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Scientiae Studia**, v. 6, n. 2, p. 201-218, 2008.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Marcas da guerra em terra distante: relatos de japoneses em São Paulo. **História oral**, v. 7, 2004.

DEZEM, Rogério. **Matizes do 'Amarelo':** Elementos formadores do imaginário sobre o japonês no Brasil. São Paulo: Humanitas, 2005

FEBRES, Laura M. **La mirada femenina desde la diversidad cultural:** Relatos literarios desde 1960 hasta el presente. Tomo III. Caracas: Universidad Metroplitana 2016. p. 845..

GERALDO, Endrica. O combate contra os "quistos étnicos": identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo. **Locus:** Revista de História, v. 15, n. 1, 2020. DOI: 10.34019/2594-8296.2009.v15.31799. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/31799. Acesso em: 3 set. 2021.

GERALDO, Endrica. **O "perigo alienígena":** política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930 - 1945). Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, p. 238. 2007. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280760/1/Geraldo_Endrica_D.pdf. Acesso em: 03 mar. 2021.

HINCAPIÉ, Luz. Rutas del Pacífico: inmigrantes asiáticos a América Latina. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE ESTUDIOS DE ASIA Y AFRICA (ALADAA),13., 2011, Bogotá. **Anais** […]. Bogotá: ALADAA, 2011.

HUTTER, Lucy Maffei. Imigração italiana: aspectos gerais do processo imigratório. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 27, p. 59-73, 1987.

IMMIGRATION and Realocation in U.S History. **Library of Congress**. [2021]. Disponível em: <https://www.loc.gov/classroom-materials/immigration/japanese/>. Acesso em: 07 ago. 2021.

KOMATSU, Patricia Elisa Kuniko Kondo. **À espreita de "súditos do eixo":** para a história social dos imigrantes japoneses e a situação do português paulista do século XX. 2010. 200 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade de São Paulo, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. **História, Ciências, Saúde,** Rio de Janeiro: v. 18, n. 1, p. 225-242, jan./mar. 2011.

LAUERHASS, Ludwig Jr. **Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista de Saúde Pública**, v. 8, p. 49-90, 1974.
MARQUES, Kamila Cristiny Pereira. **O Shinsengumi e a queda do xogunato Tokugawa (1600-1868**): a expressão dos valores de uma sociedade guerreira. 2014. 50 f. Monografia (Licenciatura em Língua e Literatura Japonesa) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MATSUMOTO, Valerie J. Japanese Immigration to Hawai ‘I. *In:* LEE, Jonathan H. X. **Japanese Americans:** The History and Culture of a People. Santa Barbara, CA: ABC-CLIO, 2017. p. 67.

MIKI, Bianca. Os Inassimiláveis: **O Antiniponismo na Assembleia Nacional Constituinte de 1933-34**. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=26919@1&meta=1. Acesso em 23 jul. 2021.

MORAIS, Fernando. **Corações Sujos**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

NAUPARI ROBLEDO, José Luis *et al.* **La persecución a la colectividad japonesa en el Perú 1941-1945**. 2013. Tesis (Magíster en Historia) – Pontíficia Universidad Catolica del Peru, Escuela de Posgrado, 2011.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. **Imigração japonesa na história contemporânea do Brasil**. Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1984.

NOGUEIRA, Carolina Dantas. **Homens e Deuses: A Força do Mito da Criação na Política Externa Japonesa**. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 6., 2017, Belo Horizonte, 2017.

NUCCI, Priscila. Algumas manifestações do antiniponismo brasileiro (1934-1945). **Cadernos AEL,** v. 15, n. 27, 2012. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2578

NUCCI, Priscila. O Perigo Japonês. **História Social**, Campinas, São Paulo, n. 12, p. 133-149, 2006. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/200. Acesso em: 28 mar. 2021.

NUCCI, Priscila. **Os intelectuais diante do racismo antinipônico no Brasil**: textos e silêncios. 2000. 153 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2000. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281779. Acesso em: 28 mar. 2021.

ODA, Ernani. Interpretações da" cultura japonesa" e seus reflexos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** v. 26, p. 103-117, 2011.

OLIVEIRA, Gabriella Carvalho de. **O expansionismo japonês**: do isolamento à potência (1854–1912). 2018. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

ONOZAWA, Nitaya. Immigration from Japan to the USA, Historical Trends and Background. **Bulletin of Tokyo Kasei Gakuin Tsukuba Women's University**, v. 7, p. 115-125, 2003.

RODRIGUES, Luiz Antonio Belletti; DO NASCIMENTO, Tarcília Edna Fernandes. Os japoneses e a perseguição a estrangeiros em Juiz de Fora durante o Estado Novo. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., Brasília. **Anais** [...]. Brasília: ANPUH, 2017.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. **Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin**. Resenha de: [BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.] Revista Eletrônica de Educação. São Carlos, SP: UFSCar, v.6, no. 1, p.383-387, mai. 2012. Disponível em http://www.reveduc.ufscar.br.

SÁ COTRIM, Aline. Imigração japonesa no Peru e no Brasil: motivações, dificuldades e assimilação. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA, 2., 2016, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo. Disponível em: https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/COTRIM_II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf. Acesso em: 11 ago. 2021.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. Resenha de: [BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.] **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, SP: UFSCar, v. 6, n. 1, p. 383-387, maio 2012. Disponível em http://www.reveduc.ufscar.br.

SANTOS, Rodrigo Luís. Livrai-nos do maléfico perigo amarelo. **Faces da História,** v. 6, n. 1, p. 364-384, 21 jun. 2019.

SILVA, Rafael da Silva. O Drama da Colônia Japonesa de Santos Durante a Era Vargas. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH, 2011.

SOUZA JÚNIOR, Marcílio Barbosa Mendonça de; MELO, Marcelo Soares Tavares de; SANTIAGO, Maria Eliete. A análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados numa pesquisa qualitativa em Educação Física escolar. **Movimento** (ESEFID/UFRGS), v. 16, n. 3, p. 29-47, 2010.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. A comunidade nipônica e a legitimação de estigmas: o japonês caricaturizado. **Revista USP**, n. 79, p. 173-182, 2008.

TAKEUCHI, Marcia Yumi. **Imigração Japonesa nas Revistas Ilustradas:** Preconceitos e Imaginário Social (1897-1945). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2016.

UMA EPOPÉIA moderna: 80 anos de imigração japonesa no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa,1992.

VILCHEZ, Haydeé. Destino El Sur: Las migrantes japonesas en Perú 1889-1945. **Revista Historia de las Mujeres,** Lima, año 17, n. 164, enero/feb. 2016.